



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E TERRITÓRIO
(ILATIT)**

GEOGRAFIA - BACHARELADO

**OS IMPACTOS SOCIOESPACIAIS DA ATUAÇÃO DO CAPITAL PRIVADO NO RIO DE
JANEIRO: ANÁLISE ACERCA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS URBANAS
OBSERVADAS DESDE A COLÔNIA ATÉ OS DIAS ATUAIS.**

LUIZ GUILHERME REIS DA SILVA

Foz do Iguaçu
2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E TERRITÓRIO
(ILATIT)**

GEOGRAFIA - BACHARELADO

**OS IMPACTOS SOCIOESPACIAIS DA ATUAÇÃO DO CAPITAL PRIVADO
NO RIO DE JANEIRO: ANÁLISE ACERCA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS
POLÍTICAS URBANAS OBSERVADAS DESDE A COLÔNIA ATÉ OS DIAS
ATUAIS.**

LUIZ GUILHERME REIS DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Kuvasney

Foz do Iguaçu

2022

LUIZ GUILHERME REIS DA SILVA

OS IMPACTOS SOCIOESPACIAIS DA ATUAÇÃO DO CAPITAL PRIVADO NO RIO DE JANEIRO: ANÁLISE ACERCA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS URBANAS OBSERVADAS DESDE A COLÔNIA ATÉ OS DIAS ATUAIS.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Kivasney
UNILA

Prof. Dr. Leandro Trevisan
UNILA

Prof. Dr. James Humberto Zomighani Junior
UNILA

Foz do Iguaçu, 28 de julho de 2022.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): _____

Curso: _____

	Tipo de Documento
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____ / ____ / ____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a minha professora orientadora não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade e paciência durante o percurso.

Aos professores da Universidade Federal da Integração Latino-Americana que se dedicam de coração à arte de educar.

A minha mãe Lusmarina, bem como toda minha família e amigos próximos que me deram apoio nos momentos difíceis.

A minha namorada Gabriella Felipe por fazer dessa jornada uma experiência mais leve e prazerosa.

RESUMO

A elaboração da presente pesquisa trata de um levantamento histórico da ocupação do território da cidade do Rio de Janeiro desde a colônia, visando a análise do processo de industrialização brasileiro e a influência neoliberal nas políticas de produção do espaço urbano. O que se busca, é estabelecer uma relação entre o processo de industrialização e a mercantilização da cidade até o início do século XXI, marcados pelos princípios da urbanização neoliberal. As hipóteses que norteiam essa pesquisa partem do princípio que, a antiga capital brasileira vem sofrendo mudanças em sua composição socioespacial, justamente pela influência do capital exterior. Sendo assim, o objetivo principal do trabalho é contribuir para as ideias que permeiam a fragmentação da urbanização do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que a escolha pelo estudo dos aspectos urbanos se deu pelos impactos destes na vida cotidiana, como a busca constante dos aparelhos estatais por uma 'limpeza urbana', e na influência de tais ações na representação das classes sociais. A metodologia de análise tem por objetivo aprofundar o conhecimento científico acerca do processo de urbanização.

Palavras-chave: Industrialização; Urbanização; Financeirização; Neoliberalismo; Fragmentação.

RESUMEN

La elaboración de la presente investigación aborda un relevamiento histórico de la ocupación del territorio de la ciudad de Río de Janeiro desde la colonia, apuntando al análisis del proceso de industrialización brasileño y la influencia neoliberal en las políticas de producción del espacio urbano. El objetivo es establecer una relación entre el proceso de industrialización y la mercantilización de la ciudad hasta principios del siglo XXI, marcado por los principios de la urbanización neoliberal. Las hipótesis que guían esta investigación parten de la base de que la antigua capital brasileña viene sufriendo cambios en su composición socioespacial, precisamente por la influencia del capital extranjero. Así, el objetivo principal del trabajo es contribuir a las ideas que impregnan la fragmentación de la urbanización de Río de Janeiro. Es importante destacar que la elección para el estudio de los aspectos urbanos se debió a sus impactos en la vida cotidiana, como la búsqueda constante del aparato estatal de una "limpieza urbana", y la influencia de tales acciones en la representación de las clases sociales. La metodología de análisis pretende profundizar en el conocimiento científico del proceso de urbanización.

Palabras clave: Industrialización; Urbanización; Financiación; Neoliberalismo; Fragmentación.

ABSTRACT

The elaboration of the present research deals with a historical survey of the occupation of the territory of the city of Rio de Janeiro since the colony, aiming at the analysis of the Brazilian industrialization process and the neoliberal influence in the urban space production policies. What is sought is to establish a relationship between the industrialization process and the mercantilization of the city until the beginning of the 21st century, marked by the principles of neoliberal urbanization. The hypotheses that guide this research assume that the former Brazilian capital has been undergoing changes in its socio-spatial composition, precisely because of the influence of foreign capital. Thus, the main objective of this work is to contribute to the ideas that permeate the fragmentation of urbanization in Rio de Janeiro. It is important to emphasize that the choice for the study of urban aspects was due to their impact on daily life, such as the constant search of the state apparatus for an 'urban cleanliness', and the influence of such actions on the representation of social classes. The methodology of analysis aims to deepen the scientific knowledge about the urbanization process.

Keywords: Industrialization; Urbanization; Financialization; Neoliberalism; Fragmentation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A divisão do território em capitanias, segundo Luiz Teixeira (1574)	17
Figura 2 - Plan de la Baye de Rio - Janeiro	20
Figura 3 - Atividade agrícola e expansão da pecuária no Brasil do século XVII	23
Figura 4 - A interiorização do território com a pecuária e a mineração no século XVIII	25
Figura 5 - Planta da cidade do Rio de Janeiro em 1835, com os morros do Castelo, Santo Antônio, Conceição e São Bento	33
Figura 6 - Planta dos melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro	42
Figura 7 - O desmonte do Morro do Castelo	45
Figura 8 - Área da Operação Urbana Consorciada	61
Figura 9 - Evolução urbana da Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro	63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1- A EXPANSÃO MARÍTIMA DO REINO PORTUGUÊS NOS SÉCULOS XV E XVI NA PERSPECTIVA DO RIO DE JANEIRO	14
1.1 A NAVEGAÇÃO COMO EMPREENDIMENTO DA COROA PORTUGUESA	15
1.2 AS DISPUTAS PELA BAÍA DA GUANABARA	18
1.3 O ESTABELECIMENTO DO COLÉGIO DO RIO DE JANEIRO	22
1.4 A ADMINISTRAÇÃO DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO E A SOCIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	26
1.5 A COMPOSIÇÃO SOCIAL DA COLÔNIA E SUA DINÂMICA ELITISTA.....	27
CAPÍTULO 2 - A URBANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	30
2.1 O AVANÇO URBANO	31
2.2 A INFLAÇÃO POPULACIONAL DO RIO DE JANEIRO E O INÍCIO DAS REFORMAS URBANAS.....	32
2.3 O GOVERNO PEREIRA PASSOS	38
2.4 O SEGUIMENTO DAS DESAPROPRIAÇÕES E REFORMAS	43
CAPÍTULO 3 - OS PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO/DESINDUSTRIALIZAÇÃO E AS MAZELAS DA CIDADE NEOLIBERAL	46
3.1 O RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	47
3.2 O PRIMEIRO GOVERNO VARGAS	48
3.3 O SEGUNDO GOVERNO VARGAS	50
3.4 GOVERNO JK: O INÍCIO DA DESENDUSTRIALIZAÇÃO	51
3.5 A SEGREGAÇÃO ESPACIAL PRESENTE NA LÓGICA DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO/DESINDUSTRIALIZAÇÃO; A EXCLUSÃO SOCIAL E A EXCLUSÃO TERRITORIAL: A EXCLUSÃO DOS POBRES	53
3.6 O PROJETO PORTO MARAVILHA: SEM LIMITES PARA O CAPITAL	59
3.7 AS MAZELAS DA SOCIEDADE FRENTE A IDEOLOGIA NEOLIBERAL	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro serviu como capital do Brasil por mais de dois séculos. Sede do governo federal, as políticas criadas em seu território tiveram impacto significativo nas mudanças econômicas e sociais tanto do país, quanto da então capital nacional. Desde a era colonial, o Rio tem sido objeto da dominação global, sendo manipulado de acordo com os interesses da elite, solidificando-se como um importante centro mercantil. Em decorrência do cenário em que as políticas oficiais promoviam a atividade comercial, a mercantilização da cidade impactaria na dinâmica da população local.

A indústria brasileira só decolou por volta de 1930, graças aos programas de industrialização patrocinados pelo Estado, construídos sobre uma abordagem chamada na literatura de "industrialização por substituição de importações". Desde então, ocorreram mudanças estruturais e institucionais decorrentes do aumento da contribuição da indústria para a criação de riqueza nacional, sendo a aceleração da urbanização das cidades uma das mais significativas. Apesar disso, observamos a empreitada da industrialização como uma política pública já no século XIX, com ênfase nas políticas de industrialização estabelecidas pelo governo federal a partir do Rio de Janeiro.

Segundo Celso Furtado (1969), o governo Vargas desempenhou um papel crucial na industrialização do Brasil por meio do desenvolvimento de programas que utilizaram o planejamento econômico como manobra política e resultaram na implantação da chamada indústria de base.

O grande impulso industrial do governo Vargas no século XX, com foco no planejamento econômico e na estruturação das indústrias de base, chegou ao governo Juscelino Kubitschek, com foco em sua agenda de industrialização para a nação a partir do Plano de Metas. Diante disso, valemo-nos das estratégias de industrialização e algumas de suas consequências para os cenários regional e nacional, começando com um estudo de seu impacto na população do Rio de Janeiro, antiga capital do país.

Nesse sentido, o Rio de Janeiro serviu como um campo de testes para essas políticas, pois reuniu uma parcela considerável da referida indústria, cuja implantação e desenvolvimento ficou a cargo do Estado brasileiro, de modo que a então capital federal abrigava uma parcela considerável de sedes das indústrias de base. O Rio de Janeiro perde peso econômico e político após deixar de ser a capital do país em 1960, e a região passa por um processo de desindustrialização. Diante disso, vale a pena analisar as estratégias de industrialização e algumas de suas ramificações para os cenários local e nacional, começando com um exame de como elas afetaram a sociedade no Rio de Janeiro.

Sabe-se que os eventos modernos correspondem a um problema estrutural que se repete ao longo de vários períodos da história, incluindo o acesso desigual a bens e serviços, bem como a exclusão da população que não tem acesso à riqueza socialmente criada da riqueza socialmente produzida. Leite (2008) alerta que a pobreza acompanha a história da humanidade e observa que esse fenômeno e, ao examinar sua natureza histórica, valoriza também seu processo complexo, que dá formas diversas para os diversos períodos da sociedade.

Como resultado, o grande número de pobres que cresceu no Rio de Janeiro durante o período de industrialização da cidade mostra que a maioria dessas pessoas não eram 'vadios' ou pessoas incapazes de trabalhar, mas sim grandes grupos de trabalhadores, indicando que a pobreza é um subproduto do crescimento industrial na sociedade capitalista. Começa com o desenvolvimento e manutenção da favela e sua conexão com a exclusão social e a pobreza. Para entender como a segregação da população afetou o desenvolvimento das favelas e como isso é representado na dinâmica societária atual, esse problema será examinado do ponto de vista territorial e social.

O Rio de Janeiro do século XX e início do século XXI é marcado por um período de grandes transformações, com destaque para a região portuária. A busca pela "revitalização" da área que vinha perdendo importância, apresentou uma abertura desenfreada ao capital privado, onde mais uma vez a população pobre era profundamente afetada.

A partir de revisões bibliográficas e análise de notícias e artigos acadêmicos, destacamos que a presente monografia, discute os impactos socioespaciais da sucessão de políticas de urbanização e desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro desde a colônia, de forma a compreender os mecanismos já existentes no período da industrialização. A análise dos fatores econômicos, sociais, políticos e culturais contidos em documentos históricos e discursos em geral foi utilizada para compreender as formações geográficas dos diferentes momentos históricos. Tais momentos são marcados pelas profundas consequências da necessária harmonia entre o Brasil e os centros capitalistas globais, ansiando pela aceitação da integração brasileira ao papel das nações civilizadas, em consonância com os debates filosófico-científicos de sua época. Todavia, este trabalho não pretende encerrar a discussão, mas, sim, contribuir com o debate de uma forma crítica e incentivar a realização de novos estudos e pesquisas sobre o tema abordado.

Nesse sentido, o capítulo 1 vai aos séculos XV e XVI observar as razões da empreitada colonial do império português e seus interesses nas novas terras, em

especial o Rio de Janeiro e os mecanismos de criação do que se denomina de 'sua elite proprietária de terras' e do poder político e econômico. O capítulo 2 foca na urbanização da cidade do Rio de Janeiro, em especial as reformas empreendidas no início do século XX e o capítulo 3 chega ao fulcro do trabalho em questão: a partir dos processos de industrialização/desindustrialização ao longo do século XX, assistimos a um acirramento da exclusão dos pobres da cidade do Rio de Janeiro.

**CAPÍTULO 1- A EXPANSÃO MARÍTIMA DO REINO PORTUGUÊS NOS SÉCULOS XV
E XVI NA PERSPECTIVA DO RIO DE JANEIRO**

1.1 A NAVEGAÇÃO COMO EMPREENDIMENTO DA COROA PORTUGUESA

Desde o seu início, a expansão portuguesa agregou sentidos espirituais e materiais em sua jornada. Esses elementos se combinaram para produzir uma lenta expansão territorial que culminou no que hoje é conhecido como o "império marítimo". Nessa perspectiva, António Manuel Hespanha indica que:

O primeiro fato que deve ser realçado é a inexistência de um modelo ou estratégias gerais para a expansão portuguesa. Existem, evidentemente, vários tópicos usados incidentalmente no discurso colonial para justificar a expansão. Um deles era a ideia de cruzada e de expansão da fé. Mas, a par dele, vinha o do engrandecimento do rei ou o das finalidades do comércio metropolitano ou, mais tarde, de população. No entanto, esse conglomerado não era harmônico, sendo que cada tópico levava freqüentemente a políticas diferentes ou mesmo opostas. Aparentemente, o equilíbrio dos vários mudava com os tempos e com os lugares. (HESPANHA; FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001, p. 169).

O projeto de extensão português pode ser caracterizado como atos realizados por monarcas sucessivos em reação a várias realidades políticas, econômicas e culturais no Reino, bem como na África, Ásia e América. Influenciados por ideais religiosos e comerciais, os portugueses se lançaram ao mar e esses fatores, no século XIV, ainda os mantinham no oceano. Dessa maneira, as expedições se tornaram um projeto consolidado e aplicado nos reinos que se sucederam em Portugal, e caminhavam para se tornar um projeto comercial, que logo se tornou objeto de interesse da nobreza.

O infante D. Henrique concentrou seus esforços em deter o comércio marítimo e as colônias muçulmanas no Estreito de Gibraltar e nas costas de Granada e Barbaria durante o reinado de D. João I, de 1385 a 1433. As incursões buscavam minar a força militar inimiga no norte da África, uma posição crucial para controlar o comércio na região, além de garantir futuros ataques ao Marrocos. Seu esforço no Atlântico estabeleceu as possibilidades de um empreendimento marítimo viável, concentrando seus esforços na descoberta da costa atlântica da África¹.

Iniciado em 1481, o reinado de D. João II manteve a articulação das questões religiosas e seculares. Sua ambição era chegar ao interior do continente africano mantendo relações diplomáticas com as nações do mundo. Ocorrem os primeiros contatos com o Congo, assim como a conversão da família real congoleza ao cristianismo em 1491. O esforço diplomático destinado a reservar o poder da Coroa em terras descobertas, segundo Luís Filipe Thomaz, foi um método para o rei português desenvolver uma ligação de suserania com governantes muçulmanos e cristianizados.

¹ CAMPOS; HOLANDA, v. I, 2008.

D. João II, dessa forma, construiu um império baseado em feudos ao invés de efetivamente conquistar território político ou militar através dessas medidas. No entanto, foi sob o reinado de D. Manuel (1495-1521), devido aos seus investimentos no Oriente Médio, que o império português ganhou atenção internacional, desejo partilhado pelo seu antecessor. D. Manuel, por outro lado, partilhava do desejo de D. João II de combater os "infiéis" enquanto tentava monopolizar o comércio nas vias navegáveis asiáticas. A perseguição aos cristãos no Oriente Médio buscava realizar um propósito imperial que se transformou em um esforço para estabelecer o Quinto Império Messiânico do Oriente Médio².

D. João III subiu ao trono de um reino caótico em 1521, no último mês do ano. Além de lidar com a escassez de alimentos causada por tempestades e um grande número de mortes causadas pela peste, Portugal carecia de equipamentos de manutenção marítima adequados. Além desse elemento, a organização militar incorporou características medievais, como táticas bélicas que eram "atrasadas" na época. Estas ocorrências, aliadas à miríade de realidades e jogos de interesse entre portugueses e ultramarinos, colocaram D. João III em circunstâncias cujas resoluções definiriam a relação da Coroa com os seus territórios ultramarinos³.

Como parte do dever da Coroa de financiar missões de defesa, que necessitavam de grandes recursos financeiros e de mão de obra, a exploração comercial foi repassada para uma empresa privada. A este ponto, a rivalidade com os navegantes franceses fez com que a Coroa ordenasse a construção de fortalezas em terra e de expedições de patrulhamento do litoral das terras visadas pela França. Dessa maneira, D. João III estimulou a ocupação das ilhas atlânticas e do Brasil com o objetivo de reerguer o comércio de produtos que entraram em declínio em outras regiões e, no caso do Brasil, assegurar o desenvolvimento de novas áreas de produção de açúcar e garantir sua posse efetiva com o povoamento.

A colonização do Brasil passa pela movimentação de povos europeus que se lançaram ao mar, num período onde o domínio territorial trazia consigo um poder muito forte. Até mesmo pela extensão territorial litorânea do país, havia a possibilidade de acesso por muitos pontos do território. Dessa forma, em meio a conflitos entre os navegantes e os nativos da terra, observam-se atividades de espanhóis, portugueses e alguns franceses,

² THOMAZ, 2008, pp. 71-80.

³ BUESCU, 2005, pp. 86-106.

que se abasteciam com mercadorias e suprimentos e/ou consertavam as embarcações danificadas antes de seguir viagem.

Em 29 de março de 1549, os primeiros jesuítas enviados à missão do Brasil desembarcaram no Brasil. A missão na área americana começou em um momento de transição em que o governo queria se modernizar. O Governo-Geral, novo sistema estabelecido para a América no final de 1548, surgiu como restituição das capitâneas-donatárias estabelecidas por D. João III no início da década de 1530.

Figura 1: A divisão do território em capitâneas, segundo Luiz Teixeira (1574)



Mapa de Luís Teixeira (c. 1574) com a divisão da América portuguesa em capitâneas. A linha de Tordesilhas está deslocada dez graus mais a oeste. Fonte: (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Capitanias.jpg>)

Estimava-se existir entre 3.000 e 4.000 colonos e cerca de 10.000 africanos na região⁴. O objetivo do Governo Geral, segundo a história brasileira, era estabelecer a autoridade nas mãos do rei português. Os governadores-gerais brasileiros deveriam lutar pela integração das áreas americanas para povoar permanentemente a região e aumentar a produção açucareira, e dessa forma receberam atribuições militares, administrativas, jurídicas e eclesiásticas.

A determinação de D. João III em assegurar a manutenção do seu território vê-se no povoamento das capitanias (figura 1), no estabelecimento de fortalezas e na garantia da justiça. Este, por outro lado, não estava isento de sua responsabilidade de "exaltar a religião", mesmo que isso significasse estabelecer a paz com os locais através do "direito de guerra" contra os indígenas que contrariassem exploração portuguesa, seja por razões econômicas ou para pregar o Evangelho⁵. A visão cristã do expansionismo além de determinar a edenização da natureza das terras "descobertas" e, posteriormente, deslocar o mito do Paraíso Terrestre para o Novo Mundo, reforçando o processo de colonização, conduziu também uma migração das marginalidades geográficas. Pois, a Terra de Santa Cruz foi porto de abrigo para os exilados de Portugal.

1.2 AS DISPUTAS PELA BAÍA DA GUANABARA

O primeiro contato dos portugueses com a Baía de Guanabara, que faz fronteira com a cidade do Rio de Janeiro, ocorreu em 1 de janeiro de 1502. Primariamente, os navegadores confundiram a área com a foz de um grande rio, dando origem ao topônimo em que batizaram a região da Baía como Rio de Janeiro. Sua topografia, por sua vez, atraiu ainda mais pessoas naquela época e foi excelente para a construção de portos seguros e estabelecimento de comunidades.

Tudo começou num 1º de janeiro de 1502, quando três naus comandadas por Gonçalo Coelho, penetraram na Baía de Guanabara, desvendando para o mundo ocidental a imagem de um paraíso tropical. Naquele longínquo verão, nas águas da Guanabara, houve um choque de dois mundos, de duas concepções de vida e de universos. Dentro das naus impulsionadas pelos ventos, vinham agentes do mercantilismo europeu, preocupados em conquistar novas terras e mercados para a produção de mercadorias de valor de troca. Nas frágeis canoas e ubás, impelidas por braços fortes, estavam os povos do paraíso tropical, organizados num sistema primitivo de socialismo, despreocupados com a acumulação de bens e riquezas. (AMADOR, 1997, p.7).

Diante disso, iniciou-se o processo de colonização e ocupação da região, sempre tendo em vista as intenções da Coroa portuguesa e o capital estrangeiro. Por meio

⁴ MARCÍLIO, 1999.

⁵ DE SOUSA, 1921.

de mudanças no cenário físico, econômico e humano, essas ações resultariam na exploração da região da Guanabara como uma área berço de recursos naturais e humanos, como a extração e comercialização do pau-brasil e a catequese dos índios como mão de obra (AMADOR 1997).

Pela pequena área de sua barra, de 1.600 metros, margeada por dois morros que constituem um bastião natural de proteção: Pão de Açúcar e Santa Cruz, a Baía de Guanabara foi o elemento essencial do papel desempenhado pelo Rio de Janeiro no cenário brasileiro colonial (figura 2). Seu interior sereno, com sua vasta ecologia, boa profundidade e ampla capacidade de atracação de navios, medindo 28 quilômetros de extensão norte-sul, despertou o interesse de muitos povos. Os franceses, todavia, começaram a construir suas fortalezas na Baía de Guanabara em 1555, embora já tivessem cruzado seus mares anos antes, continuando as negociações com os índios Tamoios e desafiando publicamente o controle do reino português sobre o território.⁶ Segundo Paulo Knauss de Mendonça (1997), a tomada da Baía de Guanabara foi um empreendimento francês cujo objetivo principal era garantir a independência marítima. Dessa forma, os comerciantes franceses estavam interessados em entrar no mercado colonial de especiarias, mas ainda neste século, problemas internos na França questionavam o respaldo essencial para esse empreendimento, além do cenário de disputas religiosas em seu território.

⁶ MENDONÇA, 1991.

Figura 2: Plan de la Baye de Rio - Janeiro



Mapa de Bellin, Jacques Nicolas, 1703-1772, com a localização da entrada da Baía de Guanabara e seus fortes. Fonte: Biblioteca Nacional Digital. <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart326405/cart326405.html>

Simultaneamente, os primeiros padres jesuítas chegaram às regiões que se tornariam a capitania do Rio de Janeiro, acompanhando as tropas incumbidas de expulsar os franceses que se estabeleceram na região através de acordos estabelecidos com índios Tamoios, adversários dos portugueses até então. As relações entre os europeus, sejam franceses ou portugueses e diferentes grupos indígenas eram já há algum tempo, baseadas em alianças e conflitos. Contudo, para os colonizadores, a boa convivência com visão exploratória sobre os nativos da região era essencial e isso significava, nas terras da conquista, ter com esses índios relações de cordialidade, via promoção de guerras e de escravidão para os grupos considerados inimigos.

Os portugueses, formados por grupos de colonos das capitanias vizinhas, conseguiram derrubar a fortificação francesa em 1560, aliados aos índios aldeados pelos jesuítas em São Vicente e Espírito Santo. No entanto, isso não significava que a ameaça francesa às margens da Baía de Guanabara tivesse sido eliminada. Na realidade, a grande questão, nomeadamente a presença dos franceses na região e as suas relações com os Tamoios, é anterior à fundação da colônia e manteve-se após o seu desaparecimento. Os franceses continuaram a ameaçar o domínio do rei português e colocaram em risco o

controle da região. Ademais, a presença de estrangeiros arriscava o domínio não apenas sobre esse território, mas acreditava-se que os invasores seriam capazes de controlar os caminhos do Rio da Prata a partir de certos pontos dessa margem, pois, o Rio de Janeiro se trata da última grande etapa antes do Sul e mesmo do interior do continente, ao qual o rio da Prata dá acesso. Logo, esta era uma área estratégica que precisava ser mantida a qualquer custo.⁷

Depois de destruir a estrutura francesa, Mem de Sá e seus apoiadores lançaram uma campanha militar contra as tribos Tamoio, que continuaram a comercializar com os franceses em toda a costa. Os serviços dos jesuítas foram chamados mais uma vez, pois a questão da segurança na cidade recém-criada ainda não estava totalmente resolvida, mesmo após este triunfo sobre os Tamoios e os franceses. No final do século XVI, as áreas ao redor da cidade ainda não estavam totalmente conquistadas, e ainda havia alguns temores sobre os índios hostis, então os jesuítas tiveram dificuldade em ocupar efetivamente a área receptora. A principal justificativa dos padres era a grande extensão da propriedade, que contrastava com o pequeno número de religiosos na instituição.⁸

Nos dois acessos da barra foram erguidas duas fortalezas fundamentais: Santa Cruz e São João, e qualquer embarcação que as superasse ainda teria que passar pela Fortaleza da Lage, que foi construída um pouco mais adiante, completando o triângulo com as outras duas.

Nesse sentido, a Baía do Rio de Janeiro era uma praça mais defendida que a da Bahia, tendo anteriormente abrigado nove Fortalezas. Devido à sua localização, conseguiu-se construir um importante Porto na cidade. De acordo com o Instituto Baía de Guanabara (IBG)⁹, essas circunstâncias transformaram a cidade em um importante polo econômico, e ali foram erguidos armazéns reais que forneciam mercadorias de guerra ao Rio Grande, no sul do Brasil. No entanto, essa situação despertava a cobiça de diversos povos interessados na riqueza que a cidade guardava dentro de suas muralhas, além do fato de que manter e conservar toda a sua força de combate era caro e trabalhoso.

⁷ ENDERS, 2008, p. 18.

⁸ ABREU, 2010, p. 271.

⁹ Ver Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Evolução da Aquicultura e da Pesca Segundo Categorias. Rio de Janeiro: IBAMA; 2002.

1.3 O ESTABELECIMENTO DO COLÉGIO DO RIO DE JANEIRO

Depois de Salvador, "São Sebastião do Rio de Janeiro" se tornaria a segunda maior cidade do Brasil. Fundada em 1549, quando a colônia era composta apenas por pequenas cidades e vilas (observe na figura 3), o núcleo que começou a se desenvolver em torno da Baía de Guanabara, particularmente na Baixada Fluminense, deu origem à Capitania do Rio de Janeiro da Coroa Portuguesa. Contudo, o Rio de Janeiro foi nomeado "capital do Brasil" em 1573, e a cidade recebia o segundo governo geral em 1574, quando assumiu o controle da "Repartição Sul", que englobava as capitanias de São Vicente, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A interiorização da Baía do Rio de Janeiro foi possibilitada pelo Rio Paraíba do Sul e seus afluentes, que deságuam na Baía, formando um elo essencial. A cana-de-açúcar foi o componente primordial do crescimento do Porto do Rio de Janeiro no século XVII, perdendo apenas para Bahia e Pernambuco, os dois polos de produção de açúcar do Nordeste¹⁰. Com a descoberta do ouro no século XVIII, ficou conhecido como o "porto do ouro" o instrumento carioca, mas com o declínio do ouro mineiro, o açúcar retomaria seu destaque.

Às chamadas "terras jesuítas", ficaram comprometidas com a criação de gado por parte das fazendas sob a administração dos jesuítas, embora o engenho ainda não existisse na época. Embora seja incerto o ano exato em que os padres começaram a trabalhar nesses terrenos, o padre Antônio de Matos dissera em 1620 que o colégio do Rio de Janeiro já tinha três currais. Entretanto, à medida que crescia a cidade e sua população, a criação jesuítica de gado perdera espaço no Engenho Velho e foi transferida para a fazenda de Santa Cruz¹¹. Com a interiorização da pecuária, os campos ficaram livres para cultivar cana-de-açúcar, hortaliças, grãos e frutas, com o objetivo não só de sustentar a cidade e as casas, mas também exportar (ver Figura 3). Sendo assim, a dedicação dos padres a produção de cana-de-açúcar, produto muito mais valorizado no mercado externo e, portanto, com maiores capacidades de gerar lucros para o colégio, demonstrou que os interesses dos padres estavam alinhados às mesmas lógicas econômicas que regiam os demais produtores da cidade e da capitania.

¹⁰ O assunto é detalhado em ABREU, 2010, vol. 1.

¹¹ LEITE, 1938, pp. 67-68.

Figura 3: Atividade agrícola e expansão da pecuária no Brasil do século XVII



Extraído de: They, H. e Mello, N. A. Atlas do Brasil. Disparidades e dinâmicas do território. São Paulo, Edusp, 2005.

A escolha dos jesuítas de efetivamente iniciar o uso agrícola de suas terras está fortemente ligada ao cenário econômico da capitania do Rio de Janeiro no século XVII e seus vínculos com o império português. Os territórios conquistados naquela época pela Coroa eram compreendidos em dois subsistemas: o Índico, formado por fortalezas, comunidades mercantis e centros administrativos ao longo das costas africana e chinesa; e o Sistema Atlântico, formado pelo Brasil e pelas "fábricas e portos da África Ocidental e Central, além das Ilhas Atlânticas".¹² Foi o primeiro subsistema a dominar os laços econômicos e políticos do império português até meados do século XVII, quando a situação mudou e o Brasil assumiu o protagonismo no cenário imperial. Todavia, a queda da soberania portuguesa para os Habsburgos em 1580 foi um dos mais importantes, senão o mais importante, gatilho para a transformação do sistema econômico imperial.

¹² SCHWARTZ, 2010, p. 23.

As frequentes invasões de mercadores e corsários de ambas as áreas resultaram rapidamente na perda de território e mercados no Oriente, intensificando a competição entre as potências. Embora o século XVII tenha sido uma época de enormes dificuldades financeiras e políticas para Portugal, a capitania do Rio de Janeiro não foi afetada. Ao contrário, a capitania foi incorporada à economia atlântica da época, com mudanças abruptas na orientação do império¹³. Os produtores da capitania não deixaram de investir no produto apesar da crise dos preços do açúcar no mercado externo, demonstrando que havia um forte interesse econômico entre Portugal e o mercado local, evidenciado pelo crescimento do número de engenhos em funcionamento nos séculos XVI e seguintes, conforme se observa na tabela 1.

Tabela 1: Engenhos de açúcar em funcionamento no Rio de Janeiro ao longo dos séculos XVI e XVII

TABELA 1. ENGENHOS DE AÇÚCAR EM FUNCIONAMENTO, RIO DE JANEIRO, SÉCULOS XVI E XVII

<i>Décadas</i>	<i>Engenhos</i>
1571-1580	3
1581-1590	3
1591-1600	5
1601-1610	13
1611-1620	23
1621-1630	35
1631-1640	53
1641-1650	106
1651-1660	113
1661-1670	116
1671-1680	125
1681-1690	132
1691-1700	136

Fonte: Abreu (2010, vol. II, p. 94).

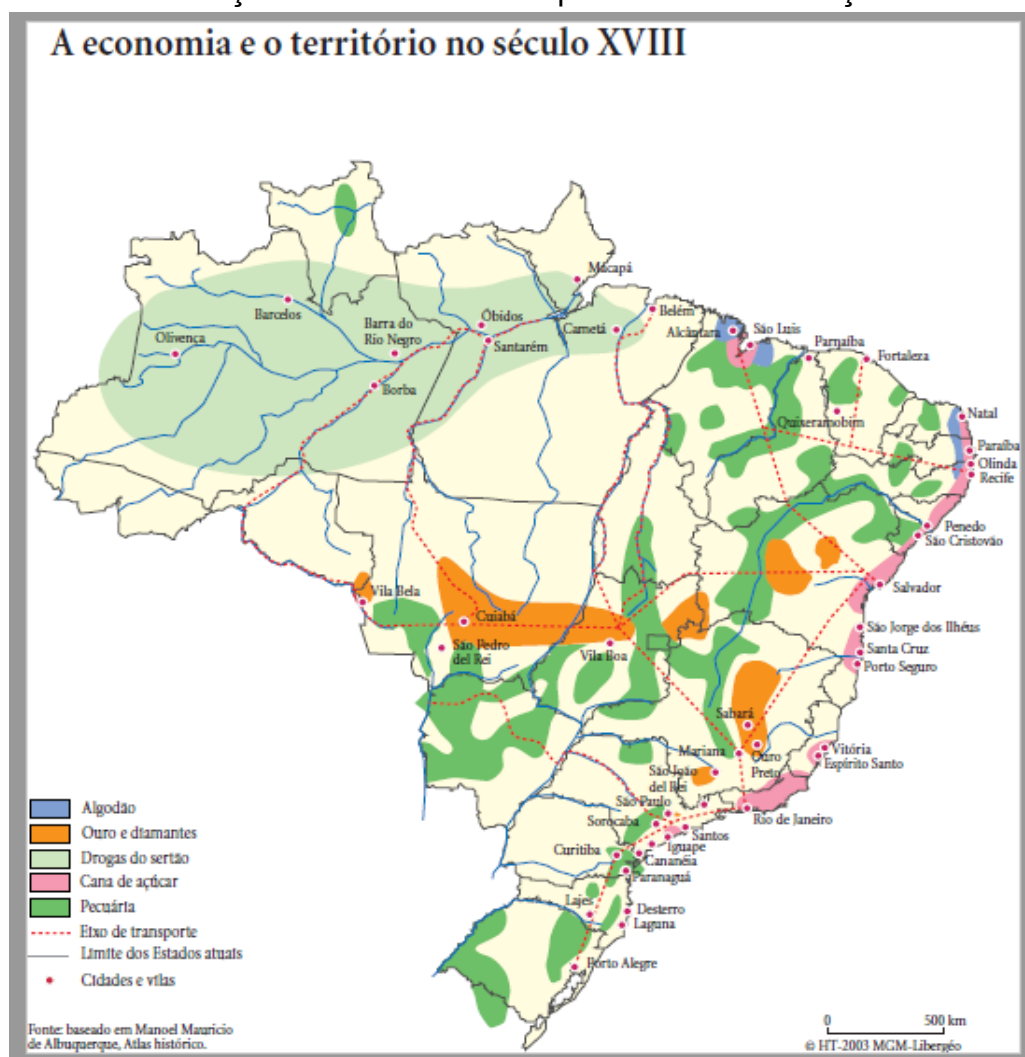
Essa autonomia pode ser observada como resultado das facilidades encontradas internamente, referentes ao "capital social fundamental" que os jesuítas precisam para iniciar suas operações, a saber, o acesso à terra e o controle da mão de obra indígena. Isso foi realizado ao longo do século XVI na capitania do Rio de Janeiro, resultado observado na segunda metade do século XVII, onde os principais grupos que mantinham as resistências mais efetivas já haviam sido removidos, escravizados ou mortos, restando apenas pequenos focos de povos rebeldes¹⁴.

¹³ SUBRAHMANYAM, 1993, p. 58.

¹⁴ SAMPAIO, 2003, p. 62.

A economia agrícola da capitania e a direção política do império forçaram os jesuítas a adotar claramente uma estratégia de incorporação de terras. No entanto, os primeiros anos do século XVIII foram marcados por uma drástica transformação na cidade do Rio de Janeiro, o que provavelmente influenciou as atividades da Companhia de Jesus. O ouro foi descoberto em Minas Gerais no final do século anterior, resultando em um grande desembarque de africanos e imigrantes no porto da cidade, onde foram dispersos para as minas. Além disso, os preços da cidade para itens e escravos subiram exponencialmente, e vários proprietários de terras se desfizeram de seus escravos vendendo-os por altos valores para a região de mineração. Já alguns abandonaram tudo e se aventuraram nos sertões em busca de oportunidades de enriquecimento. De qualquer forma, a cidade cresceu rapidamente como resultado da riqueza gerada pelas minas.

Figura 4: A interiorização do território com a pecuária e a mineração no século XVIII.



Extraído de: They, H. e Mello, N. A. Atlas do Brasil. Disparidades e dinâmicas do território. São Paulo, Edusp, 2005.

A criação de animais era atividade primordial para a Companhia de Jesus, bem como uma fonte de dinheiro para o colégio. Tradicionalmente, os bovinos constituem a grande maioria do rebanho da Companhia, sendo estes animais utilizados para alimentação em circunstâncias especiais ou surtos de doenças, além de fornecerem o sustento para as populações das cidades vizinhas às suas áreas de produção.

1.4 ADMINISTRAÇÃO DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO E A SOCIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A Capitania do Rio de Janeiro, gradualmente, na virada do século XVI para XVII foi se firmando como um importante pilar comercial e político. Nessa atmosfera, os titulares de cargos buscavam a adesão às redes sociais da Capitania, expondo uma sociedade indissociavelmente ligada ao estado patrimonialista. Sendo assim, ainda sob a influência do período expansionista, as melhores famílias da Capitania reconheciam a importância estratégica do Rio de Janeiro para o comércio e defesa no Atlântico Sul, bem como a vulnerabilidade militar da Metrópole.

A elite do Rio de Janeiro se estabeleceu no território em virtude dos princípios de conquista, privilégio e participação no governo local. Em todo componente brasileiro, a instalação de um equipamento agrícola local estava relacionado a uma extensão do espaço metropolitano, subordinado, mantendo características próprias (SALGADO, 1985, p. 83). Visto isso, compreende-se que os objetivos do Reino eram evidentes em obter lucros através da administração agrícola, analisando a forte intenção portuguesa na tentativa de consolidar e modernizar a sua administração¹⁵.

A administração colonial, segundo Arno e Maria José Wehling (2005), funcionava em quatro níveis diferentes, mas inter-relacionados. Em primeiro lugar, a administração metropolitana, desde o século XVI, serviu como sede do Império e estava a cargo das entidades coloniais. Definido pelo rei e várias agências formadas em torno dele, o governo polissinodal recebia os governadores gerais como os representantes da administração geral. Embora o governo geral não tenha abolido o sistema de capitanias, ele foi criado em reação às dificuldades das mesmas¹⁶. Em seguida, a administração regional é apresentada. Esse estilo de administração funcionava como de forma que a soberania real era entregue a um súdito, mas com restrições. Finalmente, no quarto nível de governo, o local, os Conselhos Municipais serviram como seus representantes. Todavia,

¹⁵ NOVAIS, 2001.

¹⁶ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José, 2005. p.310.

a sociedade colonial, segundo a historiografia tradicional, não se esgota em sua estrutura administrativa e estado de domínio.

A Metrópole rapidamente entendeu que a dispersão dos ofícios seria uma forte fonte de aliados. A dispersão de cargos de Finanças auxiliaria a execução da arrecadação de receitas. Nessa abordagem, a quantidade de funcionários refletia a qualidade do atendimento na localidade e os interesses da metrópole.

1.5 A COMPOSIÇÃO SOCIAL DA COLÔNIA E SUA DINÂMICA ELITISTA

As políticas coloniais foram definidas em geral por um esforço orçamentário adaptado às necessidades do Reino. As partes contratuais faziam parte do difícil jogo entre os objetivos da metrópole e a oposição legal ou não da sociedade colonial, como aponta Marcos Guimarães Sanches¹⁷. A prática da propina e esquema de cargos na Capitania alimentavam interesses privados no sistema agrícola, uma vez que eram exercícios contínuos de administração, garantindo vantagens nesta sociedade colonial.

O preenchimento dos escritórios foi uma espécie de técnica de consolidação nas discussões entre a metrópole e seu "império português", e foi uma das características definidoras da sociedade colonial. Deve-se supor que a estrutura administrativa do Império Português estava a cargo da distribuição social do poder, a qual se articulava em uma hierarquia que se estendia da Metrópole à Colônia¹⁸. O exercício do poder por agentes de vários níveis administrativos na época colonial, segundo Stuart Schwartz, nos estimula a pensar nas tensões que ocorrem quando interesses opostos se cruzam, fazendo com que as conexões sociais se alterem.

(...) havia a administração controlada e dirigida pela metrópole, caracterizada por normas burocráticas e relações impessoais, que amarrava os indivíduos e os grupos e às instituições políticas do governo formal. Paralelamente, existia uma teia de relações interpessoais primárias baseadas em interesse, parentesco ou objetivos comuns que embora não menos formal, não contava com o reconhecimento oficial (SCHWARTZ 1979, p. XI-XII).

Ao estudar a relação entre o Governo Geral da Bahia e a Capitania do Rio de Janeiro, Marcos Guimarães Sanches destaca que, apesar da subordinação formal, o Rio de Janeiro mantinha ampla comunicação direta com a metrópole, e que, em diversas ocasiões e circunstâncias, podem encontrar diversos registros e reclamações na vasta documentação do período, conflitos de competência e autonomia¹⁹. Nesse sentido, abraça-se a ideia de que a administração da fazenda é uma organização essencial para a análise

¹⁷ SANCHES, 2011.

¹⁸ HESPANHA, 1984, pp. 69-70.

¹⁹ SANCHES, S.D.

das relações e conflitos existentes na sociedade colonial. A relevância das autoridades locais²⁰ para a mobilidade da sociedade colonial permeia o debate e o estudo dessa conexão.

Os Benefícios concedidos no âmbito político e social, pois contribuía para a manutenção da reputação e da posição da nobreza fundiária em uma sociedade de alta carga simbólica. A posição política e econômica do Rio de Janeiro frente ao núcleo sul colonial se solidificou no século XVIII. Se uma crise de preços do açúcar começou a surgir na virada do século, afetando primeiro a capitania do Rio de Janeiro e depois a Bahia, a ampliação do número de engenhos cariocas indica uma relativa autonomia diante da crise, alcançada através da transferência das atividades comerciais para as agrárias.

A autoridade e a posição das redes da elite colonial, de certa forma, espelham a dinâmica e os movimentos da sociedade colonial, pois sustentam uma estratificação de status para garantir o domínio e o poder do Estado. Como resultado, podemos perceber que nessa complexa sociedade colonial, o estudo das instituições locais e do próprio Estado colonial torna-se objeto essencial de pesquisa, pois por meio delas se extrai os inúmeros movimentos e categorias da sociedade. As redes da administração da fazenda simbolizavam, portanto, essa ligação de movimentos, servindo como uma espécie de célula reprodutora para os inúmeros micropoderes que ela representava²¹.

De acordo com Heinz (2006), o conceito de elite é uma técnica de estudar grupos de pessoas que ocupam posições cruciais na sociedade e possuem poderes, influências e privilégios que não estão disponíveis para todos os seus membros, sem evitar, estritamente falando, análises baseadas na produção social das interações²². A propriedade era a principal fonte de renda no cenário colonial, e a maioria das ocupações era malvista, tornando a posse de cargos governamentais uma ferramenta importante para a obtenção de ganhos maciços e, conseqüentemente, a aquisição de terras, que era o principal investimento da época²³. A aquisição da terra e o exercício do dever público tinham uma ligação direta e dinâmica, uma alimentando a outra. Interesses econômicos e sociais conspiraram para favorecer a concentração desses dois elementos nas mãos de um pequeno número de pessoas, e as oportunidades se concentraram em poucos grupos de pessoas. Com isso, os colonos que controlavam um desses fatores conseguiram acessar o outro. Essa situação gerou um segundo movimento centrado na formação de alianças

²⁰ MENDONÇA, 1972, p. 91.

²¹ HESPANHA, 1993.

²² HEINZ, 2006, p. 08.

²³ SANCHES, 2006.

com indivíduos que estão próximos ou apoiam seus objetivos. Está aí a origem dos grupos denominados por José de Souza Martins (1994) de elite do atraso: São o retrato de uma história daquilo que permanece desde a colônia, “a história da constituição de mecanismos de poder e da constituição de instituições em que o público e o privado se confundem”²⁴.

²⁴ MARTINS, 1994, p. 24.

CAPÍTULO 2 - A URBANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

2.1 O AVANÇO URBANO

A posição estratégica da baía de Guanabara para a “construção” da cidade do Rio de Janeiro, já mencionada em capítulos anteriores, foi palco de grandes processos transformadores do território carioca.

“Logo, a Baía de Guanabara guardava excelentes características estratégicas para a tecnologia militar da época: fortificações e observatórios naturais em seus morros. (...)Tais vantagens permanecerão no período que vai do século XVI à primeira metade do século XX” (LESSA, 2001, p.23).

Pela proeminência do porto no coração da cidade, repleto de mastros de navios portugueses e posteriormente internacionais, seria o local onde o dinamismo da cidade acontece, o seu núcleo, pulsaria com energia desta forma. O rio Irajá, totalmente navegável, como tantos outros rios que ligavam o continente ao Porto do Rio de Janeiro, permitiu a interiorização gradual da região. Os rios que eram servidos com pequenos e médios portos fluviais, aumentavam em importância com o tempo²⁵. Nos dois primeiros séculos de história colonial, portos fluviais, engenhos de açúcar e, posteriormente, novas atividades agrícolas, bem como igrejas, paróquias e as “matrizes” de uma paróquia, ilustram a construção de centralidades com novas comunidades. Através da criação de novas freguesias²⁶ e seus primeiros desmembramentos observa-se a origem de novas áreas, nas cercanias da cidade.

A cidade do Rio de Janeiro, consolidada posteriormente como mercantil²⁷, foi um território colonial crucial para o Império Português devido à posição geográfica da Baía de Guanabara e à construção de seu porto marítimo. Após a sua criação em 1565, continua uma trajetória histórica de centralidade econômica e administrativa, que é reforçada pela função de sede de vice-reinado em 1763. "Temos os primórdios da "constituição" do centro do Rio de Janeiro como espaço articulador do centro-sul da América portuguesa nesse período." (Torres, 2014, p.349).

Situada nos arrabaldes do Município da Corte, a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, no início do século XVIII, era composta de grande número de fazendas de cana de açúcar e do desmembramento de suas terras, novas freguesias foram criadas, desde o século XVII. El-Kared (2010), explicita que o termo usado

²⁵ FRIDMAN, 1999, p.90.

²⁶ “A freguesia, designação portuguesa de paróquia, é um território submetido à jurisdição espiritual de uma cura que também exerce a administração civil.” (FRIDMAN, 2008, p.2-3).

²⁷ LESSA, 2001; FRAGOSO, 2013.

para se referir aos arredores da cidade, era o termo “arrabalde”, que vem do árabe “ar-rabad”, significando cercanias da cidade. Alerta que a palavra “subúrbio” já tem uma outra origem, uma carga pejorativa, não só na língua portuguesa:

“(…) Em francês, banlieu designava o território situado num raio de uma légua (lieue) em torno da cidade e que estava submetido a sua jurisdição (ban). Mas ban era também uma condenação ao exílio, à expatriação, daí o verbo banir.” (EL-KARED, 2010, p.19).

Em várias definições do século XIX, observa-se como arrabalde era integrado à dinâmica “urbana” desta época. Posteriormente, o uso da palavra subúrbio enquanto periferia, também foi nomeado como Zona Norte, agregando significações culturais pejorativas como áreas empobrecidas e de origem apenas com o advento dos transportes nas linhas férreas.

2.2 A INFLAÇÃO POPULACIONAL DO RIO DE JANEIRO E O INÍCIO DAS REFORMAS URBANAS

O Rio de Janeiro desenvolve-se no morro do Castelo e estende-se até a planície, antes delimitada pelos morros de Santo Antônio, Castelo, Conceição e São Bento (figura 5). A população da capital do país aumentou significativamente quando a família real portuguesa chegou ao Brasil no século XIX. Havia 15.000 indivíduos só na corte portuguesa²⁸, e quando chegaram imigrantes de outros países e do Brasil, esse número cresceu. Os cidadãos mais pobres contribuíram para a ocupação dos morros devido à rápida expansão da cidade, à proibição de moradias comunais e à distribuição da população por bairros que acabaram por ser dominados por uma determinada classe socioeconômica.

²⁸ KOK, 2005. p. 11.

Figura 5: Planta da cidade do Rio de Janeiro em 1835, com os morros do Castelo, Santo Antônio, Conceição e São Bento.



Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Voyage Pittoresque dans le Brésil. Ch. Walter, 1835. Fonte: Brasiliana iconográfica (<https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19618/planta-da-cidade-de-s-sebastiao-do-rio-de-janeiro>)

A cidade experimentou um crescimento urbano gradual durante praticamente todo o século XVII. As capelas eram ligadas por uma rede de vielas que conduziam a casa de despachos e ao Mercado do Peixe, que se localizavam à beira do cais. Deles nasceram as principais ruas do centro da cidade moderna.

Com a descoberta das jazidas de ouro em Minas Gerais no século XVII, a importância do Rio de Janeiro cresceu ainda mais. Devido à sua proximidade com a região, a cidade tornou-se um importante centro portuário e comercial. Ao mesmo tempo em que se tornavam realidade os primeiros movimentos da rede urbana no Brasil, a importância administrativa do Rio de Janeiro gerava um crescimento na atividade mercantil, prestadora de serviços e até manufatureiras. Isso se inicia com a chegada da família real ao país (1808-1821), período em que a população carioca dobrou, através da chegada de imigrantes das mais diversas nacionalidades europeias, que visavam fazer negócios e até mesmo se estabelecer na cidade.

A população de origem portuguesa cresceu rapidamente com a entrada da família real em 1808 e acabou se tornando a maior da cidade. Segundo Miriam Halpern Pereira (2009), a intensificação da emigração em Portugal no século XIX e início do século XX resulta da incapacidade dos mercados em absorver a massa de camponeses libertada pelo desenvolvimento das relações capitalistas no campo. A debandada portuguesa tinha o Brasil como destino final, por causa da língua compartilhada e dos traços culturais.

Apesar de não indicar o estabelecimento de guetos, Heloísa Paulo (2000) afirma que a distribuição da colônia portuguesa pela cidade era tendenciosa a sua concentração em áreas específicas, escolhidas, na maioria das vezes, pela proximidade das áreas com maior oferta de emprego²⁹. Na realidade, essa dinâmica indica diversos tipos de sociabilidade. A localização do domicílio português estava ligada à sua atividade econômica/profissional. Assim, o distrito com maior concentração de portugueses era o Centro, onde se concentravam as principais operações comerciais e onde se localizavam algumas das mais proeminentes organizações portuguesas. A região portuária acolheu também um número considerável de portugueses, na sua maioria estivadores que trabalhavam no Porto.

Segundo Schwarcz (1990), os séculos XIX e XX no Brasil foram caracterizados por um acúmulo de desenvolvimentos que atingiram todos os níveis da experiência social. Podemos caracterizá-los como conjunturas de significativa alteração vivida por todos, em decorrência do ambiente econômico mundial e com concentração no desenvolvimento da cidade, mas vale destacar que os que mais sofreram foram os marginalizados.³⁰

A raiz dessa dinâmica expansionista foi a irrupção, em fins do século XVIII, ao redor de 1780, da Revolução Industrial. A expansão inaugural da economia industrializada fora baseada em três fatores básicos: o ferro, o carvão e as máquinas a vapor, propiciando o surgimento das primeiras unidades produtivas, as fábricas. (SCHWARCZ, 1990, p.8)

Em termos de importância econômica, o século XVIII foi um divisor de águas para o Rio de Janeiro. A época áurea da mineração ocorreu na região de Minas Gerais durante este século, e o Rio se beneficiou da falta de conexões marítimas da região, tornando-se uma encruzilhada entre a zona de mineração de metais preciosos e a metrópole, bem como entre outras áreas do interior carentes de mão de obra. Como

²⁹ PAULO, 2000, p.160.

³⁰ SCHWARCZ, 1990, p.7.

resultado, a cidade se tornaria o principal ponto de entrada e saída para a mais ampla gama de mercadorias comerciais vendidas por moradores e visitantes.

O Rio conseguiu se tornar a capital da colônia na segunda metade do século XVIII, embora não tivesse os pré-requisitos físicos necessários para isso. A estrutura urbana da cidade era severamente deficiente, sem planejamento arquitetônico adequado, infraestrutura de esgoto ou água encanada. No entanto, a cidade desenvolveu-se sem qualquer planejamento ao longo dos anos.

A nova capital do império português carecia de ampla infraestrutura burocrática, corpo diplomático, secretarias, ministérios, tribunais e outras instituições públicas que permitissem ao governo régio progredir plenamente. Também não existiam locais de lazer para os da corte lusitana usufruírem, sendo necessária a realização de várias obras para dotar a cidade de componentes condizentes com o novo estatuto da cidade. Antes da chegada da corte, a população da capital era de aproximadamente cinquenta mil pessoas, muitas das quais escravas, e havia sido demograficamente superada pela antiga capital de Salvador. No entanto, apenas dois anos após a chegada da Família Bragança e sua comitiva real, a população do Rio de Janeiro ultrapassou a da Bahia, chegando a 113.000 habitantes em 1819³¹.

Cresceu o número de indivíduos vivendo na miséria, desempregados. A maioria dessas pessoas era negra e veio do Vale do Paraíba e do Recôncavo Baiano após a queda do setor cafeeiro. Entre eles encontravam-se vendedores, funcionários do porto, engraxates e prostitutas. Fruto da urbanização em andamento, surgem os cortiços, um tipo de moradia popular que as autoridades municipais chamavam de 'impura'.

os cortiços e estalagens da Corte, infeccionados como se achavam por péssimas condições sanitárias são focos principais donde surgem as epidemias e nascem afecções mórbidas em ameaça constante aos moradores próximos, razão pela qual foram condenados e é reconhecida a imprescindível necessidade de, quanto antes, serem tais habitações substituídas por outras. (CHALHOUB, 1996, P. 53)

(...) mudanças se desencadearam diante do processo de urbanização "se inicia com as estalagens, os cortiços, as casas de cômodos, e as avenidas, as quais seguem as vilas. [...] surgimento do edifício de apartamentos, [...] desenvolvem-se as favelas." (VAZ, 1994, p.581)

Consequentemente, o grau de disparidade social é destacado, e os menos afortunados são ainda mais excluídos. Devido à alta população de baixa renda, foi um desafio encontrar moradia para todos. Morar em cortiços era a única resposta em que conseguiam pensar, mas mesmo assim o aluguel ainda era caro. Como não havia contratos

³¹ COARACY, 2008, p. 88.

de locação e os acordos eram feitos como de costume, a situação se agravou à medida que os proprietários aumentavam continuamente as taxas ou até mesmo despejavam os locatários.

Os dois principais tipos de habitação popular construídos na segunda metade do século XIX foram as 'ilhas' do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro. As ilhas eram fileiras de residências modestas de um andar, cada uma medindo em média 16 metros quadrados, que haviam sido adicionadas a casas de classe média. Este conceito foi ampliado em expansões posteriores, mas o tipo de ilha sobreviveu. Este tipo de habitação ocupou ocasionalmente lotes inteiros, estendendo-se até a rua e, em algumas circunstâncias, convertendo certas áreas urbanas em comunidades exclusivamente operárias. As quatro freguesias centrais do Rio de Janeiro, onde se situa o centro administrativo, não apresentavam os cortiços em seu recorte de paisagem. A região periférica, que corresponde ao anel crescente da cidade fora de seu centro histórico inicial, é onde a maioria dos cortiços se consolidaram.

Os numerosos cortiços que se espalham pela cidade demonstram o desejo de lucrar com a condição social da população. Esses tipos de moradia eram um investimento muito bem-sucedido, pois permitiam que o desenvolvedor colocasse a menor quantidade de dinheiro e ainda lucrasse. O proprietário de um cortiço pode obter um retorno de 50% ou até 100% em seu investimento inicial. Dessa forma, as relações sociais e de propriedade que se fortaleceriam no Rio de Janeiro se repetiriam³².

Em termos dos tipos de desenvolvedores, os métodos usados no desenvolvimento e localização dessas duas formas de habitação, cortiços e ilhas, têm muitas semelhanças. Os cortiços do Rio de Janeiro eram inequivocamente influenciados pelas ilhas do Porto, e ambos tinham o mesmo desenho, que era a replicação de pequenas casas construídas dentro de quarteirões e habitadas pelos pobres da cidade. Os paralelos fortaleceram os laços econômicos, sociais e culturais entre as duas nações e ajudaram a garantir que eles persistissem mesmo após a independência do Brasil em 1822. A emigração portuguesa foi um dos fatores-chave para a continuidade dessas relações.

O Rio de Janeiro serviu como principal porta de entrada para a maioria dos imigrantes portugueses no Brasil, que vieram principalmente da região do Porto³³. Das

³² O negócio imobiliário em torno dos cortiços apresentava grande margem de lucro desde os tempos do Segundo Império, relata DOMENICIS (2014, p. 67), "quando o Conde D'Eu, por possuir vários cortiços [na cidade do Rio de Janeiro], era chamado de Conde Cortiço".

³³ Os portugueses eram, dentre os estrangeiros, os principais proprietários de propriedades agrícolas no Brasil. No mesmo ano, 7% das firmas industriais individuais do Brasil e 50 % das localizadas no Rio de

ilhas, surgiram os cortiços, de acordo com as novas circunstâncias econômicas, sociais e ecológicas do Brasil. Como resultado de estar aclimatado a um ambiente tropical, um tipo de edifício que foi criado em uma cidade industrial da Europa para uma população majoritariamente de mesma origem e estilo de vida pode agora abrigar pessoas de raças, etnias e vocações totalmente diferentes.

A presença de D. João VI na nova capital do império fez com que a área urbana da cidade fosse remodelada, transformando o Rio de uma cidade de poucas ruas, vielas e praças em uma verdadeira metrópole³⁴. Recebeu diversos benefícios culturais e acadêmicos, além da graduação administrativa. Devido à falta de habitação para o crescimento populacional tão rápido, a Coroa requisitou cerca de duas mil casas, despejando os antigos moradores para que os palacianos pudessem ser acomodados adequadamente, causando indignação pública generalizada e a deslocalização indevida dos antigos moradores.

Após uma reconstrução significativa, a cidade teria qualidades no mínimo condizentes com uma capital imperial, criando um clima propício para a introdução de uma série de empreendimentos criativos e científicos. Não bastava embelezar fisicamente a cidade do Rio de Janeiro, era também necessário fornecer-lhe circunstâncias culturais baseadas nos padrões europeus, definindo a noção de cultura civilizada. A presença da referência francesa sempre foi uma marca de grande visibilidade na capital carioca, como será demonstrado com mais detalhes no item sobre a reforma urbana de Francisco Pereira Passos.

Em 1821, a Família Real Portuguesa regressou a Lisboa, mas a influência da sua presença e permanência no Rio de Janeiro foi boa e irrevogável, para a parcela privilegiada da população. As alterações efetuadas por D. João VI foram cruciais para a história urbana do Rio de Janeiro, pois abrangeram uma ampla gama de atividades. A locomoção, Portugal-Brasil, e a instalação de órgãos administrativos na nova capital do império português permitiram a criação de repartições públicas, absorvendo um contingente de cortesãos ociosos, resultando na formação de uma característica única na cidade. Mesmo com a saída da Família Real, as instituições administrativas permaneceram no Rio,

Janeiro eram de propriedade portuguesa. Algumas das mais importantes firmas comerciais do Rio de Janeiro eram também propriedade de portugueses. TEIXEIRA, 1994, p. 555-579.

³⁴ O Rio de Janeiro tinha 75 ruas, vielas e praças em 1808; em 1870, havia crescido para 563. Em 1872, a cidade havia se expandido mais de seis quilômetros para oeste e sul, com os subúrbios seguindo o crescimento das ferrovias para oeste. HAHNER, 1993, p. 27.

adquirindo novas atribuições e dando continuidade ao serviço público, dando à cidade uma aparência nobre com a visita de delegados de regiões distantes.

Em termos de sua organização física e espacial, a sociedade civil era considerada uma entidade distinta do Estado e do mercado. Além disso, ficam ausentes de responsabilidades políticas como participar de assuntos públicos, fazer escolhas econômicas, orientar o planejamento urbano, apoiar campanhas de qualificação de serviços e proteger o meio ambiente (COSTA, 2015).

Até o final do século XIX, as atividades relacionadas ao comércio dominavam a economia do Rio de Janeiro. As principais indústrias começaram a se desenvolver na década de 1880, principalmente no setor têxtil. O final do século XIX e o início do século XX viram a transformação da economia brasileira de uma economia predominantemente exportadora e comercial para uma industrial e capitalista³⁵. Uma massa de pessoas do campo mudou-se para a cidade como resultado da crise da atividade cafeeira na região do Rio de Janeiro. Este êxodo interno, todavia, foi inflacionado em conjunto à emigração de outras nacionalidades e com os ex-escravizados do campo, quando a escravidão foi abolida. Empresários passaram a priorizar investimentos em atividades manufatureiras, em infraestruturas públicas incentivadas pela concessão de privilégios estatais e em operações imobiliárias em decorrência da queda do setor cafeeiro no Rio de Janeiro. As bases do desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro durante as últimas décadas do século XIX foram a ascensão da indústria na cidade, a população e o investimento do capital comercial nas atividades urbanas.

A face perversa da industrialização é destacada, ao salientar como os pobres foram os que mais sofreram com o novo sistema industrial na cidade, pois foram despejados à força de suas casas, viviam sem aspirações e ainda não tinham emprego ou moradia adequada. Esses indivíduos desprivilegiados foram obrigados a fugir dos núcleos urbanos centrais porque a cultura elitista impregnava o território da cidade de ações que visavam o despejo dos pobres.

2.3 O GOVERNO PEREIRA PASSOS

A classe dominante teve que reescrever quase inteiramente as regras que regiam a estrutura do Distrito Federal, as desapropriações, o sistema público de saúde e a polícia, para modernizar o Rio de Janeiro. Essa estrutura legal, foi projetada para dar aos funcionários públicos como o prefeito, o chefe de polícia e o diretor geral de saúde pública,

³⁵ TEIXEIRA, 1994, p. 57.

legitimidade legal para seus atos. Aumentou a liberdade e a independência desses atores, abrindo caminhos para atividades desenfreadas. De acordo com a teleologia do progresso da recém-criada República, a mudança deveria ocorrer rapidamente.

As autoridades voltaram, em 1903, a recorrer à lei imperial. Nela, para auxiliar a construção das ferrovias, D. Pedro II introduziu leis de desapropriação (em 1855), e o presidente, em 1903, aprovou um decreto que generalizou essas leis. O Imperador havia aprovado um processo mais rápido e com menos proteções para os proprietários diante da necessidade de desapropriar enormes extensões de propriedade. A nova lei de desapropriações propunha mudanças drásticas no centro da cidade, porém, as obras precisavam de um grande número de demolições, o que dificultava sua realização.

Em 1903, foi aprovada uma nova legislação, com isso a indenização ficava de dez a quinze vezes o valor locativo deduzido do imposto predial do ano anterior. Se a propriedade não tivesse imposto predial, a indenização seria calculada pelo aluguel do último ano. Com a nova legislação, os valores das indenizações diminuíram, então o cálculo era feito com base na declaração do valor dos imóveis para o imposto predial, porém os proprietários os declaravam abaixo do valor com o fim de pagarem menos impostos” (Benchimol, 1992).

Com a lei orgânica, o prefeito detinha plenos poderes, podendo legislar por decretos, com exceção de criar e elevar impostos. “A lei orgânica contribuiu para a intervenção urbana, uma vez que excluiu os obstáculos legais para sua realização” (Del Brenna, 1985).

De acordo com Benchimol (1992), nesse processo houve um conjunto de interesses feridos, como os desapropriados não proprietários, os proprietários e os arrendatários. Os que não eram proprietários simplesmente perderam suas moradias, tendo que pagar por casas mais caras e insalubres. Os proprietários eram donos dos imóveis e viviam das suas rendas, embora tivessem conseguido indenizações. Os pequenos comerciantes e industriais alugavam esses imóveis e dependiam de uma clientela que residia e trabalhava no centro.

O marco legislativo das mudanças revolucionou os direitos patrimoniais e administrativos brasileiros, bem como a administração pública. A liberdade e a discricionariedade da administração pública se expandiram junto com a relativização dos direitos de propriedade (ao menos temporariamente). Para que Passos implementasse mudanças rápidas e significativas, o presidente e o Congresso criaram o ambiente institucional adequado. Segundo Sevcenko (2003), as transformações políticas, sociais e econômicas simbolizadas pela sociedade carioca durante a transição do regime monárquico para o republicano, ocorreram de forma extraordinária, alterando

significativamente o ritmo da vida social. Na cidade do Rio de Janeiro abriram-se ruas e estradas, havia iluminação pública e fiscalização do comércio, mas a sua característica de cidade suja e feia continuou até que o prefeito radicalizasse as reformas.

As freguesias do núcleo da cidade vinham apresentando um aumento significativo do emprego antes da reforma do prefeito Pereira Passos. Eram elas a freguesia de Santa Rita, Santana e a principal, a de São Cristóvão. Esta última, continuou a expandir-se depois de 1906, embora fosse significativamente mais lenta do que nos anos anteriores³⁶. No entanto, deve-se notar que nem todos optaram por se mudar para regiões suburbanas. A população que se mudou para lá estava mais segura economicamente e foi atraída para lá por meio de transporte que facilitou a visita ao Centro e à Zona Sul³⁷. Os moradores do Centro que se encontravam em situação financeira mais precária ficaram lá porque não conseguiam ir de onde moravam para onde trabalhavam. No entanto, percebe-se que, em comparação com as áreas centrais, as comunidades da Zona Sul e os subúrbios sofreram um aumento consideravelmente maior.

Pessoas sem-teto se mudaram para moradias existentes depois que suas casas foram destruídas, aumentando a população da região atingida pelas obras. Muitos se mudaram para os cortiços do Morro do Castelo, ainda de pé. A restrição de melhorias nas casas, que as impedia de se tornarem mais habitáveis, agravava o problema. As despesas aumentaram à medida que alguns habitantes se mudaram para os subúrbios mais distantes e o problema se agravou, pois mais migrantes chegavam ao Rio, onde havia mais empregos disponíveis.

A ocupação das favelas não se relaciona com a fase de transformação urbana do Rio de Janeiro. Registros de épocas anteriores já estabeleceram sua existência. Dessa forma, a resposta ideal foi ocupar as encostas próximas ao Centro mantendo a proximidade do trabalho e o menor custo para o trabalhador. No entanto, cresceu como consequência do impacto de tais projetos que, além de demolir casas, valorizou as sobreviventes.

Algumas áreas da cidade já eram preferidas em detrimento de outras pelo poder público da época. As reformas na área portuária, principal distrito econômico da cidade, com concentração de capital, e em busca de salubridade, juntamente com o direito dos trabalhadores à residência foram feitas para atingir esses objetivos. O Rio de Janeiro também foi priorizado por ser a capital federal. As casas em mau estado eram criticadas a

³⁶ Ibidem p.69.

³⁷ Ibidem p.75.

pretexto de uma cidade mais limpa e bonita. A ausência de fiscalização social, mantida tanto pelo Estado quanto pelos empregadores, foi outra área de interesse para a desconcentração populacional dos trabalhadores do Centro.

As formas mais recentes de habitação popular são o subúrbio e a periferia; eles não estão mais ligados à forma, ou "o que" o indivíduo vive, como uma aldeia, um cortiço, mas sim "onde".

Nessa perspectiva, para André Nunes de Azevedo (2003), na reforma do governo Pereira Passos "houve uma tentativa de integração urbana entre diversos pontos da cidade, sendo que essa integração tinha um aspecto conservador, já que o prefeito queria que a população pobre fosse ao centro para civilizar-se". Nessa direção, a integração urbana não era apenas para melhorar a circulação de mercadorias, mas também para que os trabalhadores pudessem "civilizar-se" de acordo com um ideal burguês europeu, aderindo à sua visão de mundo e ao seu comportamento.

(...) foi nas gestões do Presidente Rodrigues Alves e do Prefeito Francisco Pereira Passos entre 1902 e 1906, que a modernização conservadora e excludente se afirmou enquanto estratégia de expulsão dos desfavorecidos do núcleo metropolitano (Santana & Soares, 2009, p. 10),

Propiciando aos proprietários dos imóveis localizados nessas áreas extrair rendas consideráveis, além de favorecer a indústria da construção civil. As obras melhoraram a circulação interna e externa. Com isso, houve uma diminuição do custo de circulação e do custo de produção, favorecendo vários setores da economia e o processo de acumulação do capital industrial. Setores ligados aos meios de transporte também se beneficiaram.

Figura 6: Planta dos melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro



Planta dos Melhoramentos projectados pelo Prefeito Dr. F.P. Passos, incluindo os melhoramentos projectados pelo Governo Federal, 1903. Planta organizada pela comissão da carta cadastral. Escala 1:10.000.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital
 (http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart802251/cart802251.jpg)

Como se vê no mapa de 1903 (figura 6, comparado ao mapa anterior, de 1835) no projeto de melhorias do prefeito Pereira Passos, a intencionalidade do governo atravessava longos terrenos, reconfigurando certas partes do centro da cidade, aliado ao poder federal. Conforme André Nunes de Azevedo (1998, 2003), o objetivo do governo municipal era a ligação das diversas partes da cidade, associada a uma tentativa de difundir a civilização, em virtude de o Centro ser tido como um lugar civilizador. “Para isso, a municipalidade ficou responsável pelo prolongamento, pelo alargamento e pela abertura de ruas que ligavam o Centro às Zonas Norte e Sul, com destaque para a Avenida Beira-Mar” (AZEVEDO, 1998, 2003).

O sistema eletrificado foi ampliado concomitantemente ao crescimento da cidade. Os bondes estavam avançando ao lado de empresas de construção e planejamento urbano, como acontecia desde a década de 1880. Além de Ipanema e Leblon na zona sul, as linhas foram ampliadas para os subúrbios da zona norte. O resultado dessa estratégia foi uma rede de transporte público urbano e suburbano de primeira linha que, de acordo com imobiliárias e a Prefeitura, abriu novas áreas habitacionais, conectou partes díspares

da cidade, derrubou barreiras montanhosas e se distribuiu pela desafiadora topografia do Distrito Federal.

2.4 O SEGUIMENTO DAS DESAPROPRIAÇÕES E REFORMAS

As mudanças urbanas na capital federal começaram no governo do presidente Rodrigues Alves e precisavam ser desenvolvidas à medida que o tráfego de cargas aumentava. Para isso, foi necessário aterrar um trecho da área, e parte do material utilizado veio da demolição de parte do Morro do Castelo que, ao contrário da crença popular, não era inteiramente imputável ao prefeito Pereira Passos.

Várias casas que haviam sido construídas em sua encosta foram removidas em decorrência da destruição do Morro do Castelo, local histórico do início da ocupação do Rio de Janeiro. Dado o alto custo dos aluguéis na cidade, o cenário deixou muitos moradores sem teto e sem condições de encontrar moradia alternativa³⁸. A população desabrigada e desempregada, ou se localizava onde estavam os morros (que tinha visibilidade mínima das regras de construção), ou nos subúrbios subvalorizados, com um custo de vida maior devido ao preço do deslocamento.

Ao assumir o cargo em 1919 a pedido do presidente Epitácio Pessoa, o prefeito Sá Freire encontra uma cidade em estado precário. Como resultado, durante os primeiros meses de sua responsabilidade implementou um sistema de contenção de custos de trabalho. Duas efemérides, no entanto, tornaram difícil implementar essas precauções. A visita dos monarcas belgas à capital em 1920 provocou discussões sobre a aparência da cidade, e a capital também caminhava para o centenário de independência em 1922.

Sá Freire deixou a Prefeitura do Rio de Janeiro, e Carlos Sampaio o substituiu. Sampaio optou por manter as intervenções urbanísticas, e imediatamente chamou o engenheiro Vieira Souto como assessor técnico. Ambos estiveram envolvidos na demolição do Morro do Senado no governo Passos, portanto a colaboração que resultou na destruição do Morro do Castelo foi recorrente. O Morro do Senado, ao contrário do que acontecia no Morro do Castelo, estava essencialmente deserto, mas foi demolido para lucrar com a atividade especulativa no centro do Rio.

Além disso, é importante notar que a concessão para o desmonte do Morro do Castelo foi concedida à empresa Melhoramentos, que posteriormente se fundiu com a empresa do Rio de Janeiro Harbor and Doucks por ter os mesmos objetivos. Para dar conta das tarefas de demolição, foi criada em 1890 a firma de Arrasamento do Morro do Castelo,

³⁸ Ibidem p. 55.

a partir da Melhoramentos. Quando o Estado buscava métodos para tirar do papel as iniciativas que julgava viáveis para melhorar a cidade, a prática de outorgar se difundiu³⁹.

Então, coexiste um misto de interesses públicos e privados, com este último interferindo para viabilizar projetos e garantir lucros para a empresa, que não está interessada no bem-estar geral da população, como seria numa organização pública. A concessão não incorre em encargos para o Estado ou para a empresa que procura o capital necessário, como fazem os bancos. Essa ação beneficia os investidores ao diminuir os riscos.

As preocupações com o saneamento foram um importante fator na decisão de demolir não apenas o Morro do Castelo, mas também o Santo Antônio e o Senado. A saúde da população é supostamente a questão mais uma vez, mas desta vez ligada à circulação do ar. Houve um consenso geral de que os "miasmas", gases perigosos que podem se mover pelo vento para locais distantes⁴⁰, eram os culpados pelos problemas de saúde. As discussões e os remédios sugeridos eram menos teóricos após a segunda metade do século XIX⁴¹.

A tal busca pela melhoria da circulação levou ao alargamento de ruas, e a preocupação com a construção de casas tanto em termos de tamanho, como localização e somado a esses pontos a remoção dos morros que dificultam a circulação do ar puro que vem do oceano e que ajudaria a minimizar os "miasmas".

As cidades estavam em meio a um programa de abertura de investimentos, mas ainda dependente do desejo de viabilização do poder público, à medida que crescia a ideologia liberal, que visava diminuir o Estado. As intervenções eram de domínio público, mas beneficiaram apenas uma pequena parcela da população, e tiveram um impacto negativo nas tradições sociais.

O embelezamento da cidade, objetivo perseguido por todas as administrações desde Pereira Passos, se beneficiaria com a eliminação dos morros dessa forma. Também ajudaram a melhorar a limpeza urbana os investimentos internacionais além de dar um ar contemporâneo à cidade, atraindo mais investimentos estrangeiros. Esses investimentos aconteceram no início da visita dos monarcas belgas e do centenário

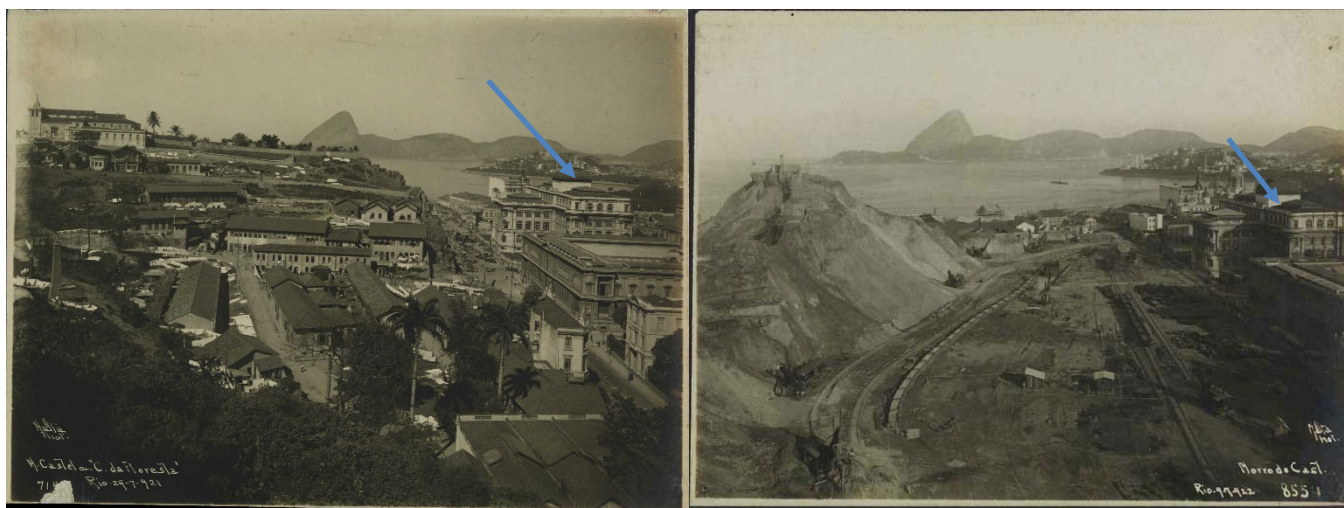
³⁹ Ibidem p. 43.

⁴⁰ Segundo Virginie Chasles, "até o fim do século XIX, as causas das doenças eram procuradas no ar malsão das cidades (miasmas). Os odores pestilenciais, que circulavam no ar da cidade, eram considerados como um fator de risco para a saúde das populações. A palavra "malária" ("mau ar") é uma das ilustrações: considerava-se que essa doença era causada pelo mau ar (odor nauseabundo) que se desprendia das regiões pantanosas e úmidas... Os engenheiros vão, então, tornar-se os atores principais da cidade e vão começar a realizar grandes trabalhos de saneamento". CHASLES, p. 65-74, ago. 2016.

⁴¹ CASTRO; GOMES; CORRÊA, 1996, p. 145-184. p. 161.

da independência do país, que chamou a atenção de todo o mundo para o Brasil. A destruição do Morro do Castelo afetaria outras áreas da cidade, pois seu solo seria utilizado para a construção do aeroporto Santos Dumont e da Avenida Beira Mar, promovendo a construção civil e o turismo.

Figura 7: O desmonte do Morro do Castelo



Morro do Castelo, 1921 e seu desmonte, em 1922. Augusto Malta. Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Observe o casarão que restou, marcado em ambas as fotos.

O prefeito assumia que a área, cheia de casas antigas e cortiços, era perigosa para a saúde pública da população. Sendo assim, recebeu fortes críticas de alguns intelectuais da época por essa afirmação. Além disso, várias obras estavam em andamento no centro da cidade em preparação a comemoração do Centenário da Independência do Brasil, tornando o desprendimento do morro vital nos planos da administração municipal.

**CAPÍTULO 3 – OS PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO/DESINDUSTRIALIZAÇÃO E
AS MAZELAS DA CIDADE NEOLIBERAL**

3.1 O RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Apesar de a maioria da população brasileira ser considerada rural no final do século XIX e início do século XX, Vignoli (2011) coloca o crescimento demográfico como o principal motor do desenvolvimento industrial, com ênfase na consolidação da indústria e sua implantação no Brasil. Ele também chama a atenção para as mudanças provocadas pelo processo industrial e pelas plantações de café no sudeste do país, quando as pessoas migraram principalmente para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

A indústria nacional teve início no final do século XIX e foi fundada na fabricação de produtos não duráveis e semiduráveis, incluindo alimentos, têxteis, calçados, entre outros. Com a abertura da Cia Progresso Industrial no Rio de Janeiro, em 1889, surgiu a primeira indústria têxtil do Brasil. Os empresários, nesse momento, decidiram construir uma comunidade de casas para os trabalhadores devido à grande distância do centro da cidade (VIGNOLI, 2011).

As instituições econômicas e políticas escravistas, bem como a monarquia, chegaram ao fim no final do século XIX. Assim, em 1889, foi instituída a República dos Estados Unidos do Brasil (nome mantido até 1968). Entre as oligarquias militares e rurais, o poder foi frequentemente trocado durante esse período. A economia do país e do Rio de Janeiro passou por mudanças fundamentais ao longo da primeira década da república. Entre os desdobramentos citados, destacaram-se a proibição do trabalho escravo, o aumento da imigração de europeus e o aumento do envolvimento do Brasil na economia global⁴².

Mudanças estruturais e institucionais significativas nas esferas política, social e econômica do Brasil marcaram o final do século XIX. O Rio de Janeiro será o centro das políticas econômicas que fundamentam o processo de industrialização supervisionado pelo Estado brasileiro na primeira metade do século XX. Nesse período, a indústria da cidade conheceu uma grande diversificação produtiva, com foco nos setores metalúrgico, químico, farmacêutico e da construção civil. Como resultado dessa diversidade, tem-se a perda da liderança produtiva para São Paulo (VIGNOLI, 2011). Crises econômicas e políticas consecutivas nas três primeiras décadas do século XX, levaram à volatilidade nas coalizões políticas entre os estados brasileiros. Quando a economia nacional começa a crescer novamente, a crise financeira global de 1929 nos atinge, prejudicando a frágil economia nacional. A crise impactaria o comércio brasileiro com o resto do mundo, diminuindo o fluxo comercial e financeiro do país no mercado global, levando a uma

⁴² FRANCO, 1990, p. 11-28.

superprodução de café, principal produto de exportação do Brasil, e acelerando o declínio do antigo sistema político simbolizado pela a velha república.

3.2 O PRIMEIRO GOVERNO VARGAS

No período 1930/1960, a economia brasileira sofreu importantes transformações estruturais, marcadas pelas políticas de industrialização, via processo de substituição de importações. Nesta fase, o Rio de Janeiro foi contemplado com substanciais investimentos do governo federal em segmentos-chave da indústria de base, o que iria marcar sua estrutura industrial. (ROSENDO, 2008, p. 55).

Entre 1930 e 1945, o primeiro governo Vargas foi dividido em diferentes períodos. O primeiro deles foi chamado de Governo Provisório, entre os anos de 1930 e 1934. O Rio de Janeiro serviu tanto de sede para todos esses eventos quanto de sede do governo federal nessa situação. O Rio passou por mudanças estruturais substanciais devido às características peculiares de seu processo de industrialização, mais dependente de investimentos públicos federais.

Quando o café e o açúcar eram as principais exportações do país, a estratégia de industrialização por substituição de importações dependia fortemente do comércio internacional ativo e das regulamentações cambiais. Uma das medidas adotadas para evitar uma queda extrema da taxa de câmbio foi apoiá-la artificialmente, pois, se não fosse sustentada, resultaria em perda de renda do café devido à queda dos preços no mercado global. Até 1934, essa restrição cambial era mantida com certa quantidade de moeda estrangeira⁴³.

O Ciclo do Café é crucial para entender a industrialização porque, como já foi estabelecido, a industrialização do país foi impulsionada pelo acúmulo de capital investido. Assim que Vargas assumiu o controle do governo provisório, a estratégia do governo federal em relação ao café se concentrou na compra de estoques do produto, que era pago por meio de empréstimos do Banco do Brasil e pela tributação das exportações. O objetivo era manter um preço alto para o café. Quando havia uma discrepância entre a oferta e a capacidade do mercado global de absorvê-la, incentivava-se a destruição dos estoques.

Durante o século XIX, o Rio de Janeiro foi uma importante região produtora de café. A cidade se destaca pela extensa produção de café na Tijuca e no interior do Rio de Janeiro, principalmente nas vilas cafeeiras de Vassouras, Valença, Pira, Cantagalo e

⁴³ ABREU, 1990, p.73-104.

Itaperuna. Porém, devido à sua qualidade inferior, o café do Rio de Janeiro perdeu participação de mercado no século XX nas exportações para o café de São Paulo⁴⁴.

Os anos de 1934 a 1937 são chamados de "Governo Constitucional", período em que Vargas foi legitimamente eleito presidente da nação. Durante esse período de governança constitucional, movimentos representantes de muitas ideologias que apoiavam ou se opunham ao capitalismo cresceram no Rio de Janeiro e no resto da nação.

Um sistema de controle cambial foi implementado como resultado do aumento das importações. Com a implementação dessa nova estratégia, a assistência ao preço do café foi em grande parte abandonada. A partir daí, as exportações aumentaram 40%, enquanto os preços caíram 25%. Como resultado, no curto prazo, a elasticidade-preço da demanda por café mostrou-se bastante alta⁴⁵.

A dependência financeira e comercial do Brasil em relação aos Estados Unidos aumentou em função da dificuldade do Brasil em pagar as dívidas do exterior em 1938, e este último criou um plano de crescimento econômico para orientar o Brasil. Entre outras coisas, essa estratégia abordou preocupações com relações comerciais, dívida governamental, investimentos dos EUA no país e política cambial. O Brasil concordou em seguir uma estratégia de taxa de câmbio liberal, obstruir o comércio de compensação alemão e retomar o pagamento da dívida pública externa em troca da concessão de crédito dos EUA.

Os partidos políticos foram proibidos durante todo o período do Estado Novo (1937 a 1945), e a Lei de Segurança Nacional previa punições severas para quem discordasse das opiniões políticas de Vargas. A Consolidação das Leis do Trabalho em 1939, que controlava questões como jornada de trabalho, férias, folga remunerada, normas de segurança e salário mínimo, foi um desenvolvimento significativo durante esse período. A Segunda Guerra Mundial definiu os anos entre 1939 e 1945. Globalmente falando, o conflito tornou extremamente difícil a realização de negócios. As exportações para aliados e nações neutras não compensaram a perda de mercados na Europa Central e Ocidental que veio com o início da guerra.

Abreu (1993) afirma que um acordo de 1941 com os Estados Unidos garantia a exportação de bens para abastecê-los, mas não havia importações suficientes. No entanto, essa expansão industrial seria condicionada pela queda na compra de insumos e bens de capital no mercado internacional para seu desenvolvimento. Essa ausência de

⁴⁴ LESSA, 2001, p.135- 156.

⁴⁵ ABREU, 1990, p.91.

importações deu origem à perspectiva de construção da indústria nacional, sem rivalidade com a produção externa.

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, o Estado passa a investir e abrir empresas públicas, privilegiando aquelas de bens de produção, de forma a incentivar a entrada de empresas de bens de consumo de grande porte.

Entre 1930 e 1951 prevaleceu a estratégia nacional-desenvolvimentista de Getúlio, na qual as grandes empresas internacionais eram convocadas para desenvolver os setores relacionados com a infraestrutura econômica e os capitais nacionais dos setores de bens de consumo (QUEIROZ, 2015).

Essa estratégia é enfraquecida já no segundo governo de Vargas devido às mudanças das condições sistêmicas globais de acumulação, entre elas a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos (EUA) e a sua escolha geopolítica pela Europa e Japão (idem, 2015).

Sede do governo federal quando o experimento varguista se deu por administrar o conflito de interesses pela via do sindicalismo tutelado e das várias câmaras organizadas para esse fim, o Rio de Janeiro aprendeu, desde então, a reconhecer nas máquinas partidárias mais um elo do corporativismo, por onde as demandas de uma população sem identidade constituída pelo mercado de trabalho poderiam navegar e obter reconhecimento público. Daí que os partidos e a própria noção de política, entre nós, tenham adquirido o sentido perverso de uma sociologia de Estado, que atribui identidade e organização aos seres sociais atomizados, constituindo-se em peça fundamental da institucionalização da ordem, na medida em que qualificava como “clientes” da burocracia pública os que sempre estiveram à margem (CARVALHO, 1995).

O planejamento financeiro obteve êxito quanto ao início da industrialização no país, ocorrendo progressivamente nas décadas de 1940 e 1950. Nesse período, diante dessa movimentação política, contingentes de pessoas migravam para a região sudeste em busca de emprego nas indústrias, ampliando a população urbana.

3.3 O SEGUNDO GOVERNO VARGAS

Com a queda do fascismo em 1945, a guerra chegou ao fim e Vargas não conseguiu manter seu regime totalitário. A libertação dos presos políticos e a abolição do controle da imprensa nesse mesmo ano provocaram o surgimento de novos grupos políticos. Vargas foi derrubado por um golpe do exército, e José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, tomou seu lugar. Apesar dos melhores esforços do governo, a taxa de desenvolvimento da economia caiu durante os primeiros anos do Estado Novo, particularmente a partir de 1939 e 1942, quando a indústria cresceu apenas 1,6%. A explicação é tipicamente atribuída às dificuldades de importação trazidas pela guerra, mas

as taxas começam a subir novamente em 1942, e o negócio começa a se expandir novamente (FURTADO, 1978).

O último mandato de Vargas, que decorreu de 1951 a 1954, foi determinado por votação popular. A iniciativa econômica nesse período foi dividida em duas fases distintas: a primeira baseada na adoção de uma abordagem tradicional e restritiva para regular os gastos e a inflação, e a segunda estaria centrada no crescimento da infraestrutura industrial. Os Estados Unidos estavam interessados em reiniciar os negócios com o Brasil, levando à criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, depois que Vargas foi eleito presidente pelo voto direto. Esta comissão ofereceu financiamento para projetos de infraestrutura industrial. Em 1951, a taxa de câmbio fixa e inflacionada e o sistema de licenciamento de importações foram mantidos sob a política de comércio exterior. A manutenção do equilíbrio da balança comercial era crucial para esse sistema (VIANNA, 1990, p.123-150).

A criação da estatal Petrobrás, com sede no Rio de Janeiro, em 1953, foi uma das conquistas econômicas mais significativas do segundo governo Vargas para o Brasil. A Petrobrás é responsável pela extração e processamento do petróleo que é extraído em solo brasileiro. Ao industrializar-se por substituição de importações, o segundo governo Vargas avançou no sentido de completar a indústria de base do país, com a implantação da indústria de base nacional, que seria responsável pelo fornecimento de insumos aos demais setores produtivos, envolveu investimentos públicos significativos. A maioria das empresas estatais que compunham a base industrial do país tinha sua sede no Rio de Janeiro, capital do país.

3.4 GOVERNO JK: O INÍCIO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Juscelino Kubitschek assume a presidência do Brasil em 1956, com o objetivo de superar a estagnação da economia brasileira. A economia nacional sob a administração de JK era sustentada por uma estrutura triangular composta pelo governo, o setor privado nacional e o setor privado global, pois era necessário estimular os investimentos de capital estrangeiro no Brasil para dar continuidade ao processo de substituição de importações.

As políticas vinculadas ao Plano de Metas nesse período, ajudaram o setor tanto localmente no Rio de Janeiro quanto nacionalmente. Industrialização pesada é o nome dado a esse período. Uma nova reforma cambial foi implementada em 1957, e criou um sistema de proteção aos itens nacionais em relação aos produtos importados da mesma

categoria. A nova reforma dividiu os itens importados em dois grupos, sendo o primeiro o grupo geral, que incluía a importação de insumos básicos, máquinas e produtos genéricos que pudessem ser fabricados de acordo com padrões adequados no mercado local. A segunda era a categoria especial, que continha produtos de consumo limitado, bem como aqueles que a indústria local pudesse fabricar em quantidade suficiente para atender à demanda interna.

Os investimentos se concentravam no setor industrial, especialmente na produção química e mineral, onde se incluíam a produção e refino de petróleo e a extração de minério de ferro. O setor de transporte e comunicação recebeu a maior parte dos investimentos a partir de 1958. O ponto central a ser observado quanto a participação do setor público diz respeito não somente aos montantes, mas aos aspectos qualitativos da mesma. De fato, ao exercer uma demanda autônoma de investimentos de montante substancial, o setor público estava em condições de sustentar uma demanda efetiva suficientemente alta para manter sob controle o ciclo econômico. Tal evidência sugere que o investimento público se constituía em variável decisiva para a indústria de bens de capital, mantendo um elevado nível de atividade deste setor até o início da crise dos anos 60. (ORENSTEINS; SOCHACZEWSKI, 1990, p.184).

A fortificação da indústria automobilística, por consequência, depreciou o transporte ferroviário. A fabricação de autopeças conheceu um grande impulso, devido também à abertura do capital estrangeiro no país. O desenvolvimentismo caminhava associado às grandes empresas internacionais produtoras dos bens duráveis, setor que ocupava o núcleo da acumulação capitalista mundial naquele momento. Todavia,

a metropolização gerada pela expansão industrial sob a hegemonia monopolista também se expressou pela constituição de ordem urbana condizente com a forte concentração do poder econômico, social, político e cultural das classes possuidoras da renda, da riqueza e das oportunidades e o vasto e heterogêneo mundo do trabalho constituído pela mobilização da força de trabalho realizada mediante intensiva migração campo-cidade” (QUEIROZ, 2015).

O surgimento e a importância de uma nova indústria, a extração mineral com foco na exploração e produção de petróleo, ajudaram a compensar o declínio da importância econômica e política do Rio de Janeiro após 1960, particularmente o declínio da indústria de transformação carioca diante da concorrência da indústria paulista. A partir de meados da década de 1960, foram feitos investimentos na indústria petrolífera do Rio de Janeiro, garantindo o crescimento contínuo da Bacia de Campos. O Rio de Janeiro ganhou destaque como o maior produtor de petróleo e gasolina do país na década de 1990.

No entanto, o Rio de Janeiro passou por diversas crises econômicas e políticas desde a década de 1960, que influenciaram negativamente o bem-estar de sua população. A pesquisa do Censo 2010 sobre o tema, divulgada pelo IBGE, indicou que o Rio de Janeiro tem a maior população do país vivendo em aglomerações subnormais

(favelas) em decorrência da história do país como nação escravista, da perda de dinamismo econômico e da precariedade das políticas estatais.

O Rio de Janeiro, que abrigou a capital brasileira por cerca de 200 anos e serviu como epicentro de importantes acontecimentos econômicos e políticos locais e nacionais, deu origem ao processo de industrialização planejado. Com isso, o Rio de Janeiro, que esteve na vanguarda da industrialização no século XIX ainda em seu início, manteve esse processo no século XX, apesar de perder parte de seu poder em termos políticos e econômicos.

3.5 A SEGREGAÇÃO ESPACIAL PRESENTE NA LÓGICA DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO/DESINDUSTRIALIZAÇÃO; A EXCLUSÃO SOCIAL E A EXCLUSÃO TERRITORIAL: A EXCLUSÃO DOS POBRES.

A favela no Rio de Janeiro, segundo Abreu (2003), é anterior à reforma urbana, pois está ligada às graves crises habitacionais e políticas ocorridas no final do século XIX. As favelas brasileiras foram criadas pelo modo capitalista de produção como resultado do processo de modernização social e econômica do país, que também aumentou o número de membros pobres e negligenciados da classe trabalhadora que foram forçados a viver em circunstâncias cada vez piores para sobreviver.

Essa expropriação se faz por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. Cada capitalista mata muitos outros. Paralelamente a essa centralização ou a expropriação de muitos outros capitalistas por poucos desenvolvem-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escalas sempre crescente, a aplicação técnica da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalhos utilizáveis coletivamente, a economia de todos os meios de produção mediante uso como meios de produção de um trabalho social combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e com isso o caráter internacional do regime capitalista, com a diminuição constante dos magnatas do capital, os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração [...] (MARX, 1983, p. 293).

Desde o final do século XIX, com o país ingressando no grupo das nações regidas pelo liberalismo econômico, ocorreram mudanças substanciais em todo o território, aceleradas pelo processo de industrialização que provocou migrações internas do campo para a cidade. O Rio de Janeiro, em particular, viu como resultado uma rápida expansão urbana. O crescimento do modelo capitalista em sua fase monopolista, que impacta a capacidade de existência das pessoas em todos os setores da vida, é responsável direto pela concentração da riqueza com um pequeno número de indivíduos e, conseqüentemente, pelo aumento da pobreza.

As indústrias cresceram em número no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX, atraindo pessoas em busca de emprego e melhores condições de vida. Como resultado, os donos das fábricas começaram a construir comunidades de trabalhadores. Mas, segundo Zaluar (2006), houve um boom demográfico provocado pela alta concentração de pessoas atraídas por esse processo de industrialização, que transformou as vilas operárias em cortiços e aumentou sua dependência do capital.

Mesmo em circunstâncias precárias, as periferias foram se tornando cada vez mais populosas, e a única opção de moradia (a autoconstrução) foi criada pelos próprios moradores. O Estado não fiscalizou ou impôs critérios a essas construções; em vez disso, apoiou-os sem se responsabilizar pelo bem-estar dessas comunidades. As ruas e lotes foram construídos de forma clandestina, sem nenhum planejamento ou integração com a cidade, portanto, a infraestrutura necessária para seu desenvolvimento, jamais chegou até essas comunidades. Este procedimento favoreceu os governantes e os ricos. Para garantir a isenção do Estado em fazer investimentos, foi proposto que os governos fechassem os olhos para o exame de determinadas regiões.

Abreu (1994) lembra as grandes massas do interior do estado que se mudaram para o Rio de Janeiro logo após o início das obras da Avenida Brasil (década de 1940), em busca de emprego neste enorme projeto. Devido às condições de vida precárias nas principais áreas da cidade, esses trabalhadores começaram a se mudar para as inúmeras novas favelas que surgiram ao longo dessa rota.

A cidade passou a contar com determinados meios de transporte, inicialmente com os bondes, para a locomoção dos trabalhadores, em decorrência do expressivo aumento populacional e para estimular a classe trabalhadora a se deslocar para locais remotos, levando à ampliação do espaço urbano para outras áreas, extensões da cidade, para que aqueles que moravam nos bairros mais remotos pudessem se deslocar até o centro da cidade para trabalhar. Como havia vilas estabelecidas pelos próprios trabalhadores nos bairros mais distantes, outras localidades ainda mais remotas passaram a contar com habitações improvisadas e instáveis. Sendo assim, os governos são instados a fazer algumas modificações para manter a ordem no centro da cidade como resultado da organização operária que começava a ameaçar a estabilidade daqueles que detêm a propriedade da terra e dos meios de produção, concomitantemente a esse processo.

Ao investir na 'civilização' da população na direção da ideologia do trabalho, os governantes do início do século XX buscaram 'modernizar' os lugares públicos sob o pretexto do desenvolvimento, resultando na territorialização da pobreza. Com sua nova

lógica de controle, o local de trabalho visava absorver a grande maioria deles com base em seu desejo na importância de vender sua mão de obra, resultando em um grupo de assalariados que foram cruciais para o processo de industrialização.

Para garantir a lógica do emprego remunerado, onde o trabalho ganhava um significado enobecedor, relacionado à dignidade e à liberdade, a 'civilização' era vista como um contrapeso à 'vadiagem' e pressupunha sua absorção ao sistema de produção. Na época, os pobres eram definidos como aqueles sem emprego, muitas vezes conhecidos como vagabundos, que estavam sempre aos olhos das autoridades. O trabalhador, que podia ser identificado por sua cidadania, era a pessoa 'civilizada'. As favelas faziam parte do tecido urbano na década de 1930, mas não constavam das estatísticas ou dos mapas. As favelas tornaram-se o foco das preocupações dos governos a partir da década de 1940, porque o Estado as via como acampamentos de longo prazo que precisariam ser planejados (ABREU, 1994).

Ao mesmo tempo em que estimulava a industrialização e levava a um crescimento econômico significativo, o modelo de desenvolvimento do país se manteve durante o período da ditadura militar, o que acelerou o processo de desigualdade social e a segregação espacial das favelas. A crise econômica mundial impactou a economia brasileira na década de 1970 e, com a ajuda da mídia e de uma parcela considerável da população, várias favelas que ainda existiam nas grandes cidades foram destruídas, principalmente em terrenos de interesse do mercado imobiliário para empreendimentos com alto retorno. Isso deixou a população sem escolha, a não ser construir suas próprias casas 'subindo' nas encostas, no caso do Rio de Janeiro, cujo relevo íngreme associado à falta de tecnologia impediam que os interesses imobiliários recaíssem sobre esses terrenos.

Conforme explicita Leitão (2009), o termo "nova favela" é criado com base em vários fatores, incluindo o aumento da taxa de desemprego, o subemprego e a falta de uma política habitacional. Origina-se das novas configurações vistas a partir da década de 1980, quando tais áreas passam a ser habitadas, inclusive, por uma parcela considerável da classe média desprivilegiada⁴⁶.

As condições de vida da população de renda mais baixa sofreram muitas mudanças na década de 1990, como resultado do aumento da pobreza, que também viu o aumento da violência urbana. Mesmo que existam programas estaduais de urbanização de

⁴⁶ LEITÃO, 2009, p.39.

favelas e melhoria dos serviços públicos, a maioria deles têm foco na segurança, com um regime policial rígido e características opressoras em relação às pessoas. Após as transformações advindas da chamada reestruturação produtiva, que nada mais foi do que o acirramento do da globalização neoliberal, transformando o Estado cada vez mais em um facilitador da atuação privada (e que antes se considerava controlador); a economia do território transformada pela livre iniciativa e pelo livre mercado; o fortalecimento do capital financeiro nacional e estrangeiro que se constituiu em um marco de livre fluxo internacional de capitais, levando a processos de desindustrialização, grande parte da massa urbana não conseguiu mais ingressar no mercado de trabalho, o que fez com que a percepção da pobreza como responsabilidade exclusiva do sujeito (o trabalhador 'civilizado') que não quer ser desconstruído (pela 'vadiagem') fosse reavaliada.

De acordo com Valladares (2000), os pobres passam a ser vistos como um grupo de indivíduos desfavorecidos, excluídos, com direitos mínimos de participação econômica e, na melhor das hipóteses, oportunidades de emprego restritas. No entanto, LEITE (2011) afirma que a entrada dos trabalhadores na indústria não implicou na erradicação da pobreza, nem mesmo na dos trabalhadores da indústria, e que o tratamento áspero e injusto a essas pessoas se agravou devido à ampliação/transformação da riqueza dos proprietários dos meios de produção.

Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção: destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e renda. (ABRANCHES, 1985 p. 54)

Embora a pobreza estivesse ligada à escassez nas culturas pré-burguesas, é um problema complicado e duradouro na sociedade capitalista. Em outras palavras, enquanto havia uma propensão a diminuir o estado de escassez, ele se agravava durante o processo de crescimento das forças produtivas e na relação de exploração do capital. Dadas suas raízes históricas, a pobreza é vista como um fenômeno complexo com muitas facetas de exclusão em várias conjunturas sociais.

O conceito de exclusão social proposto por Leite, alude aos problemas sociais e econômicos trazidos pela globalização neoliberal, como a precarização do trabalho, o subemprego e sua integração econômica, política e cultural. É reconhecido como um sistema que nega direitos sociais a um determinado subconjunto demográfico e os exclui de pontos de vista econômicos, sociais e culturais. Dessa forma, pode-se dizer que a exclusão complementa e supera o conceito de pobreza.

A exclusão territorial agora se baseia nas favelas que ainda são associadas ao desrespeito ou negação de direitos que não garantem aos indivíduos um padrão mínimo de vida, bem como a participação em redes de instituições sociais e profissionais (ROLNIK, 1999). Os riscos e medos trazidos por esse isolamento se refletem no desafio de encontrar emprego, bem como no acesso limitado a oportunidades culturais e educacionais. Devido à limitação, também é difícil empregar alguns recursos que poderiam ser usados para sustentar essa população, como o potencial de geração de renda da própria casa, uma vez que a maioria das moradias é ilegal.

Rolnik (1999) complementa isso ao afirmar que as chamadas regiões excluídas não se estabeleceram com a presença, controle ou auxílio efetivo do poder público. Poucas necessidades foram satisfeitas durante o seu crescimento, e mesmo assim, de forma instável e única em relação ao resto da cidade. Ela também discute a urbanização e o crescimento do Rio de Janeiro, apontando dois aspectos desse processo: um global, que impõe padrões de consumo, e outro local, que reproduz a desigualdade social com novos conteúdos. Ela observa que a exclusão social na cidade é impulsionada pelo aprofundamento das desigualdades sociais de uma forma que reproduz a pobreza urbana e o indivíduo excluído à margem da sociedade de consumo, visto como ameaça a segurança.

Segundo Wacquant (2007), há violência que se origina de cima, ou seja, aquela perpetrada pela elite por meio do Estado. Essa violência estrutural se manifesta por meio de mudanças na economia, no sistema social e no sistema político, que polarizam as classes. Ela incentiva a dualização da cidade, que marginaliza os pobres quando combinada com a segregação racial e étnica. A partir desse pano de fundo, nascem os programas de criminalização e extermínio racial, caracterizados pela repressão e pelo autoritarismo, que são implementados pelo aparato judiciário e de segurança do Estado e vinculam a negritude e a pobreza à criminalidade.

A violência é uma característica do desenvolvimento humano que não pode ser desconsiderada, e é utilizada para operacionalizar o modelo de organização social no contexto de exclusão imposto à sociedade brasileira. A sociedade capitalista, que agora está em posição de difundir a ideia de que os trabalhadores eram a classe perigosa, encontra-se em uma situação em que esse tipo de criminalidade não é mais a exceção, mas o habitual. O Estado estava ciente de que era fundamental cooperar com a polícia das regiões subdesenvolvidas, no movimento que estabelece o vínculo entre pobreza e crime,

visando manter o controle sobre essa população por meio de medidas punitivas. De acordo com Wacquant (2007), os programas estatais orientados pelo neoliberalismo que visam a pobreza, usam principalmente a lógica penal.

Batista (2015) observa que o Rio de Janeiro tem sido um "laboratório de experimentos" no mercado de segurança pública. No século XX, criou-se um discurso centrado na política criminal de controle da população negra, e as ruas da cidade tornaram-se palco de resistência e de projetos autoritários que transitavam entre a violência praticada no tempo da escravidão, projetos de criminalização dessa população, e projetos de patologização da área destinada aos pobres.

De acordo com Foucault (2000), no caso de uma sociedade capitalista ocidental, os mecanismos de moldar e direcionar o comportamento das pessoas, bem como interferir em suas interações interpessoais por meio de formas disciplinares e de poder, visam beneficiar o sistema. Porém, isso significa potencializar a produção de forças e habilidades em vez de apenas controlar a população, pois o papel de desenvolver as capacidades individuais e sociais do sistema de proteção social ganha maior importância ao vincular desenvolvimento econômico, equidade e democracia. Além disso, a desigualdade é uma questão de política pública, pois afeta todas as três esferas da sociedade: econômica, social e política. Trata-se, portanto, de ter um agente estatal que cria e realiza atividades capazes de atenuar as inúmeras manifestações de desigualdade. Para isso, é preciso aderir ao princípio da equidade, que afirma que todos devem ser tratados de forma igual, e aqueles desfavorecidos, na medida de sua disparidade.

Em vários momentos, o ambiente do Rio de Janeiro foi construído como um campo de testes para regras relacionadas à atividade comercial. O perímetro central, que está sendo rapidamente negligenciado, tem sido objeto de esquemas de reforma urbana desde o início. O estabelecimento de inspeções, portanto, se faz necessário para detectar os resultados de uma série de políticas ineficazes, bem como para tornar a governança inclusiva.

No entanto, Wacquant (2007) nos lembra que, quando essas políticas sociais são elaboradas dentro da lógica neoliberal, trazem, como consequência, estigma e criminalização para a população pobre. O declínio do estado social e a consequente ascensão ao estado penal geram transformações que complementam a institucionalização

de um governo que se baseia na violência contra os pobres por sua origem e condição social, ou seja, pelo simples fato de ser pobre. Observa-se que as políticas promovidas continuam transitando de uma guerra contra a pobreza para uma guerra contra os pobres, onde os direitos sociais são aplicados de forma que não se respeitam as condições dos pobres, reforçando o ideal de punição.

3.6 O PROJETO PORTO MARAVILHA: SEM LIMITES PARA O CAPITAL

Planos de reconversão funcional e socioeconômica de regiões portuárias deterioradas em cidades marítimas proliferaram em todo o mundo desde os anos 1960, abrindo novos horizontes de acumulação no território metropolitano e desenvolvendo, com o tempo, aspectos cada vez mais complicados. O projeto Porto Maravilha no Rio de Janeiro combina uma série de políticas regionais e iniciativas táticas para posicionar a cidade como ponto competitivo no mundo dos fluxos.

Em vários momentos da história, esses projetos de regeneração foram vistos como relacionados à política governamental. O escopo das reformas foi restrito a sítios históricos na década de 1980. Com a globalização da economia na década de 1990, as regenerações foram atreladas à capacidade de competição das cidades, o que provocou uma mudança no perfil econômico caracterizado pela desindustrialização.

Zancheti (2006) afirma que a "revitalização urbana" foi uma estratégia comum de desenvolvimento da cidade nas últimas décadas do século XX, em resposta ao fracasso de iniciativas anteriores de renovação. As iniciativas de renovação urbana significaram para o autor, importantes investimentos de fora da cidade, a substituição de estruturas urbanas consolidadas e – mais significativamente – a expulsão de moradores pobres e pequenas empresas das zonas de intervenção. Isso nos permite ver com que frequência as iniciativas de "revitalização urbana" esbarram na necessidade de um crescimento que adere aos princípios do desenvolvimento sustentável, valorizando a cultura local e os bens históricos em particular.

O porto do Rio de Janeiro pode ser pensado a partir da região entre o Morro do Castelo e o Morro do São Bento. Ali se prolongava a estrada principal da cidade, passando pela Prainha e terminando no sopé do Morro da Conceição. A área ganhou importância, e durante muitos anos foi considerada a porta de entrada do país com o

desenvolvimento dos portos e a chegada da Corte portuguesa. Quase toda a área foi colonizada até o final do século XIX. As residências localizavam-se no alto dos morros, enquanto os armazéns, como a Pedra do Sal e outros sem nome, localizavam-se na área baixa e plana próxima à borda dos morros. (PINHEIRO; RABHA, 2004).

O ambiente urbano experimentou mudanças significativas no século XX, em um esforço para construir uma capital que representasse a importância da nação como principal produtor de café no mundo. Isso exigia a modernização do procedimento de importação/exportação, que até então era realizado em um porto com características coloniais (ABREU, 2003).

Embora o Brasil estivesse começando a produzir e exportar produtos agrícolas para os Estados Unidos, ainda havia problemas notórios de transporte e fluxo de produção. Para enfatizar ainda mais a função do porto como centro da atividade econômica da cidade, a introdução da energia a vapor para o transporte de cargas foi combinada com a ferrovia e a navegação (PINHEIRO, 2004; RABHA, p. 28).

Uma das iniciativas de regeneração nascidas de uma Operação Urbana Consorciada na área de interesse urbano da Região Portuária do Rio de Janeiro, é o Projeto Porto Maravilha. Com isso, trata-se de revitalizar um espaço de cerca de cinco milhões de metros quadrados na área portuária do Rio de Janeiro. Pelas Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho, a área de atuação do projeto é restrita (conforme a figura 8).

Figura 8: Área da Operação Urbana Consorciada



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2011.

“O Brasil vem apresentando um crescimento consistente nos últimos anos. O Rio de Janeiro dá claros sinais de uma nova dinâmica econômica, impulsionada pelos grandes eventos que vão ocorrer na cidade nos próximos anos. A Operação Urbana Porto Maravilha está preparando a Região Portuária, há muitos anos relegada a segundo plano, para integrar este processo de desenvolvimento” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2011a).

Além dos empreendimentos imobiliários para habitação, administração do estado, comércio e fins terciários, o perímetro de atuação do projeto também recebe investimentos significativos em infraestrutura, redes tecnológicas e equipamentos de uso comum. A receita do empreendedorismo urbano coloca novos objetos geográficos e cenários materiais e imateriais em torno deste perímetro, remodelando a topografia da área para melhor integrá-la com o resto da dinâmica produtiva e circulatória da cidade e com a rede das grandes metrópoles internacionais. Dessa forma, o projeto do Rio de Janeiro serve como campo de testes para novas ideias em design, industrialização e administração de áreas urbanas devido aos seus objetivos e escopo.

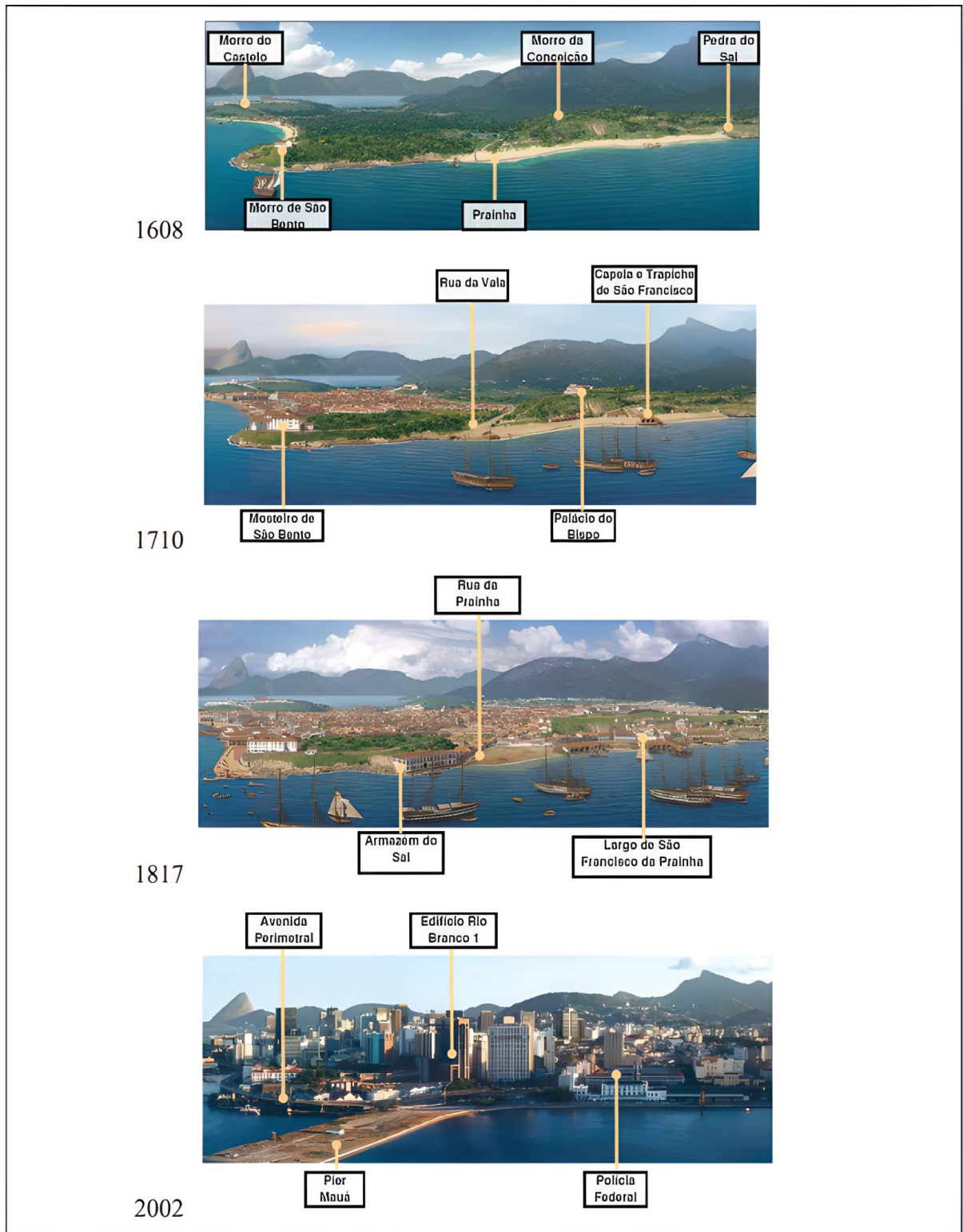
O financiamento da operação inspira-se do modelo usado em São Paulo na ocasião da reurbanização da Avenida Faria Lima. Para atrair investidores, a prefeitura agiu em duas frentes: flexibilização das regras de uso do solo e do direito do urbanismo e criação de dispositivos financeiros incitativos. Foi, em particular, elaborado um sistema de venda de títulos às incorporadoras interessadas em construir edifícios mais altos do que normalmente seria permitido. Os Certificados de Potencial Adicional Construtivo – CEPACs – foram vendidos pela Caixa Econômica Federal em 2011 para financiar as obras e garantir a urbanização num ambiente de riscos limitados para a iniciativa privada. Os benefícios da revenda dos CEPACs devem obrigatoriamente ser investidos na modernização das infraestruturas e dos serviços de uso coletivo no perímetro do Porto Maravilha (Monié, Santos da Silva, 2014).

Apesar do Porto do Rio ter perdido importância no cenário nacional e mundial, de a região não ser mais a principal área industrial da cidade e de existirem muitos terrenos ociosos, ainda é visível a presença do capital mercantil, seja por meio das atividades portuárias como operação ou transporte de cargas ou aquelas voltadas ao turismo. Mas, na região portuária, há uma grande concentração de oportunidades ligadas à área comercial.

O crescimento econômico da região portuária, que se vê em declínio, é um dos principais objetivos do projeto Porto Maravilha. A alta taxa de ocupação (cerca de 90%) dos ativos comerciais no polo de negócios pode estimular o crescimento imobiliário na área. O sistema institucional criado pela Prefeitura, que privilegia principalmente a verticalização e sugere vantagens fiscais, assim como o custo acessível do terreno e a manutenção da infraestrutura atraem investimentos significativos.

A iniciativa do Porto Maravilha é comparada, por Burocco e Tavares (2011), as “revitalizações” realizadas em outras nações que se caracterizaram por um processo de gentrificação, típico das cidades globais. Todos eles são caracterizados pela expulsão de moradores de baixa renda dos núcleos urbanos e pela atração da classe média para essas áreas, em decorrência de melhorias habitacionais e infraestruturais. Mudanças radicais são feitas na distribuição urbana e nas relações socioeconômicas, evitando variedade e heterogeneidade (BUROCCO; TAVARES, 2011, p. 41). Os escritores também reafirmam a noção de que, para que a empreitada dê certo, todo o legado social da área deve ser destruído. A Figura 9 apresentada a seguir mostra a evolução do Porto do Rio de Janeiro nos últimos séculos e demonstra a transformação na funcionalidade da região.

Figura 9: Evolução urbana da Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2011.

Uma interação complexa entre processos locais e globais é necessária para o projeto. Uma dificuldade maior é lidar com os conflitos entre as lógicas que homogeneízam o espaço urbano e os atos que o diferenciam. As autoridades são primeiro

orientadas a encontrar um equilíbrio entre respeitar as características únicas da região local e manter o status quo (Costa Moreira, 2004). "A intenção de transformar a cidade e criar algo novo, de decidir sobre seu presente e futuro (e também sobre seu passado) e, para isso, às vezes destruir partes ou, no auge, destruí-la completamente ou abandoná-la, e fazer uma nova cidade ou novas partes dela" (Costa Moreira, 2004, p.18). No início do século XX, quando Pereira Passos promoveu a reforma urbana e foi construído o atual porto do Rio de Janeiro, o poder estadual optou por essa linha de ação (Benchimol, 1990; Abreu, 1987).

3.7 AS MAZELAS DA SOCIEDADE FRENTE A IDEOLOGIA NEOLIBERAL

A região portuária da cidade do Rio de Janeiro foi amplamente povoada pela atividade comercial e industrial até a virada do século XX, garantindo o funcionamento de um dos maiores centros econômicos da América Latina. Os distritos portuários formavam essa extensa rede de serviços, além de servirem como uma área significativa do mercado habitacional da cidade para aqueles de poucos recursos (Abreu, 2003). Os esforços para erradicar cortiços são um exemplo de uma série de medidas tomadas pela elite carioca em resposta à expansão da população carente, particularmente a população negra, na então capital federal desde meados do século XIX.

Os distritos centrais assistiram a um desinvestimento da autoridade governamental na segunda metade do século XX, acompanhado de um desinteresse das classes média e alta em relação à região e sua riqueza imobiliária. Porém, seguindo a tendência mundial do fenômeno do retorno ao centro, que levou à formação de diversos projetos que pretendiam reverter o processo de "degradação" desse espaço, a chamada "revitalização" da região núcleo do Rio de Janeiro pega velocidade a partir dos anos oitenta. A reabilitação do patrimônio histórico e arquitetônico ajuda o debate público sobre a inversão do processo de degradação a concretizar-se na década de 1980.

As atividades contemplaram o incentivo financeiro para a recuperação e proteção dos bens tombados, bem como a modernização da infraestrutura e do mobiliário da cidade. Para atender a demanda das classes média e alta que frequentam e trabalham nessa área, percebeu-se que instituições culturais, museus, livrarias e cafés estavam se expandindo nesse período. Essas iniciativas limitaram-se inicialmente ao distrito comercial

do Rio de Janeiro e não se estenderam a outras áreas da região central, como Catumbi, Estácio e distritos portuários, cuja dinâmica social e econômica não atendeu aos interesses do capital privado.

Com essas medidas, o governo esperava facilitar o processo tradicional de revalorização urbana, que é apoiado por investimentos diretos do setor privado, que reativaria a atividade comercial e o mercado imobiliário na região núcleo. A hipótese promovida pela mídia e pelo governo municipal de reversão do processo de “degradação” da área central, foi sustentada nos últimos quinze anos pela evidência de reinvestimento do capital imobiliário e a consolidação das atividades turísticas e recreativas na prioridade setor de intervenção (MONTEIRO, 2015). Esta nova realidade resulta, em grande parte, da adoção de uma estratégia de planejamento e gestão baseada no empreendedorismo urbano (Harvey, 1989); que é marcada pelo marketing urbano, pela privatização do patrimônio público e pela criação de um ambiente propício ao investimento privado.

A geografia urbana crítica tem feito muitas pesquisas em torno do ideal neoliberal. Muitos intelectuais começaram a usá-lo como explicação para as mudanças mais recentes do espaço urbano no último quartel do século XX, como resultado do declínio do regime de acumulação fordista-keynesiano nos países do Norte, o fracasso do regime socialista alternativo e o desmantelamento do nacional-desenvolvimentismo no capitalismo periférico. Partindo de uma revisão nas bases de dados de periódicos acadêmicos, essa disseminação pode ser vista em escala global, corroborando análises do processo de mudança das metrópoles tanto do capitalismo central quanto do capitalismo periférico.

Observa-se que, nas últimas três décadas, essa geografia urbana crítica deu origem a uma infinidade de trabalhos acadêmicos dedicados a examinar como os fenômenos do neoliberalismo afetaram a criação do espaço urbano e o planejamento territorial (WACQUANT, 2007). Essa literatura assume que o neoliberalismo vem se configurando desde a década de 1970 como uma ideologia, um modelo de governança urbana e um motor estruturante de transformações socioespaciais. Afirma-se que, durante a segunda metade do século XX, os resquícios estruturais dos regimes de acumulação do capitalismo foram sendo desmantelados pela imposição da racionalidade neoliberal, que toma a forma de novas instituições, costumes e acordos sociais baseados na trindade do não intervencionismo individual, mercadológico e estatal.

O Censo de 2010 apurou que 15.989.929 pessoas viviam no estado do Rio de Janeiro, das quais 2.023.744 residiam em favelas, segundo o IBGE (2011). De acordo com a instituição, o Rio de Janeiro tem o maior aumento populacional de pessoas que residem em favelas quando comparado a outras importantes cidades brasileiras. A favela manteve a fama de ter uma variedade de traços negativos, desde seu espaço físico segregado até o estigma social dos próprios moradores serem vistos como violentos e potencialmente perigosos, apesar de historicamente concentrar uma parcela considerável da população do estado.

O Estado assume algumas atividades que são promovidas como medidas de segurança, como a repressão policial e a militarização do cotidiano, a fim de aprofundar a noção de integração com a metrópole. O ressurgimento das disparidades ao longo da década de 1990 levou ao agravamento das manifestações sociais; com isso, as condições de vida da população mais pobre sofreram uma série de mudanças, e a violência também aumentou, sendo um dos resultados o aumento da criminalidade urbana. Mesmo existindo planos estaduais de urbanização de favelas e melhoria dos serviços públicos, a maioria deles é voltada para a segurança, com um regime policial rígido, de caráter opressor.

Essa discussão traz a noção de que grandes projetos urbanos são parte dos fenômenos da neoliberalização, profundamente territorializados em nível local. Esse modelo de intervenção, baseia-se na seleção de determinados setores urbanos que são o ponto final dos investimentos públicos e privados, que permitem sua integração no fluxo global da acumulação capitalista por apresentarem características favoráveis à rentabilidade do capital. Edgardo Contreras Nossa (2017) explicita o que de fato está em jogo com essas intervenções:

Parece que um novo capítulo do capitalismo na cidade é a renovação urbana, um retorno à urbe construída, aos centros históricos abandonados em outra época, aos portos e às áreas industriais deterioradas. Para o capital não há limite, se necessário ele destrói e constrói novamente, mas o que não pode ser impedido ou interrompido é o fluxo de dinheiro, ele deve circular livremente por todos os setores da economia necessários, a única coisa que não pode ser discutida é o investimento. Mas o capitalismo está interessado em áreas tão deterioradas porque geralmente são habitadas por populações tradicionalmente pobres, o que significa que as ações do Estado - e do próprio capital - podem ser mais eficazes do que em áreas habitadas por classes sociais de alta renda, e também porque a terra é mais barata onde vivem os pobres. Todas as cidades capitalistas estão atualmente realizando processos de renovação urbana, disfarçados sob outros nomes como revitalização, remodelação, reconversão, reutilização, reativação, mas que em essência escondem a nobre intenção de reproduzir de forma significativa os altos investimentos do capital local e estrangeiro. (Contreras Nossa, 2017).

Podemos notar como as elites políticas e econômicas ao longo do século XX retrataram o centro da cidade do Rio de Janeiro como um local que precisava ser "consertado". A ameaça à segurança pública representada pela concentração de população negra e os riscos à saúde pública, representados pelas condições de moradia da classe trabalhadora, inicialmente serviram de justificativa para as ações. A estigmatização ganhou novas justificativas a partir da segunda metade do século XX: atos de violência e deterioração do ambiente físico aumentaram o estigma associado à moradia da população de baixa renda nessa área. Segundo Villaça (2001), as características de "declínio", "crise" ou "degradação" reconhecidas em alguns setores do espaço urbano no Brasil devem ser aplicadas àquelas áreas de caráter popular, habitadas e utilizadas por essas populações. Reconhece-se que a ambição recente das elites políticas e econômicas não deu origem às atuais intervenções na área central, mas vêm adiando o progresso há anos enquanto buscam legitimidade para serem reconhecidos como uma força-ideia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensa evolução da mobilidade do capital na expansão e aumento desenfreado do tecido urbano do Rio de Janeiro, região que passou por processos positivos e negativos ao longo de sua história, é demonstrada pela análise do contexto histórico da cidade e de todas as questões ao longo de seu desenvolvimento. Toda essa mudança foi causada por forças políticas e econômicas no Brasil, a começar pela instalação da corte na cidade, um desenvolvimento complexo em todos os sentidos.

O Rio de Janeiro tem servido como uma das principais representações da nação no exterior desde o advento da corte portuguesa e seu impacto no cenário nacional. É notória a reviravolta da visão de mundo e as mudanças sociológicas da cidade desde a sua nomeação de município associado ao Distrito Federal da República. A importância política e econômica da Província do Rio de Janeiro no contexto regional e nacional mais amplo também é um ponto de destaque.

A história da Região Fluminense é marcada pela ausência de estratégias de planejamento, que permitiram que a área crescesse de forma rápida e desordenada, e deixasse uma disparidade socioeconômica duradoura no Rio de Janeiro até os dias de hoje. Os interesses políticos de uma minoria dominante na cidade e na Região Fluminense sempre acompanharam essa confluência. Outro problema em curso hoje é a escassez de habitação. A moderna cidade do Rio de Janeiro tem uma representação nacional considerável com uma complexidade negativa. Desde a época do Império Ultramarino português, a dinâmica da cidade era regida pela relação da elite proprietária de terras e o Estado conivente. Dessa forma, a elite colonial se utilizou do aparato do Estado para conseguir boas terras, benesses, melhores localizações, postos de trabalho e essa relação permanece em todos os períodos, colocando os pobres cada vez mais na marginalidade – do território da cidade e da sociedade.

A cidade que abrigava uma massa considerável de trabalhadores escravos tinha ideais reformistas, e isso se devia ao fato de essas pessoas estarem presentes no polo comercial da colônia. Podemos inferir da análise da estrutura organizacional dos três capítulos que a tríade Administração, Sociedade e Poder não deve ser estudada separadamente, pois é essencial para compreender os diversos movimentos decorrentes das políticas adotadas a partir da colonização e nos períodos subsequentes.

Embora as áreas conectadas produzissem um dinamismo financeiro e uma demanda móvel, a esfera social não viveu grandes mudanças. Desafios que parecem não ter solução, foram trazidos pela falta de planejamento público para lidar com novos contingentes populacionais. Como resultado, carecem de estratégias preventivas de médio e longo prazo, bem como de uma estrutura e planejamento estatal mais abrangentes, que não implementem apenas intervenções transitórias, como ocorre há décadas na área.

As atuais iniciativas de construção de "espaços revitalizados" estão se tornando mais homogêneas como resultado do domínio dos valores culturais e dos padrões de consumo espacial das classes dominantes. Essas áreas atualizadas decidem e/ou reforçam novas formas de pertencimento e exclusão a grupos sociais. No entanto, essas regiões portuárias e outras, hoje em estado de vazio funcional e espacial, oferecem oportunidades de expansão da cidade e, em alguns projetos, podem se configurar como espaços públicos de grande porte. Além disso, representam regiões prospectivas que precisam ser reintegradas à dinâmica urbana, forjando novas conexões dentro do tecido previamente estabelecido.

As parcerias que visam as regiões-núcleo mais valiosas e que, por meio de convênios com o setor público, compartilham uma parcela significativa dos gastos com infraestrutura em sua execução, ficam evidentes no quadro de intervenções observadas ao longo da pesquisa. Os projetos urbanos empregados como tática política moldam assim o discurso de uma cidade, posicionando-os como mercadorias (estratégica e política) e dando-lhes um novo significado no contexto global. Os desenvolvimentos urbanos modernos envolvem inerentemente a criação do discurso da cidade, a criação de "imagens de marca" e conexões com a lógica da espetacularização global (cidades-espetáculo). E eles realmente têm relacionamentos mais intrincados do que aqueles que são mostrados.

As cidades, que servem como interseções da produção e da acumulação de capital, serviram como símbolo da afirmação e crescimento do sistema capitalista industrial no alvorecer da era industrial. As cidades se expandiram como resultado e em torno de grandes indústrias durante o início da era industrial, como no caso das grandes cidades brasileiras, por exemplo. Dessa forma, toda uma infraestrutura foi desenvolvida para dar ao capital industrial empregado o suporte logístico de que necessitava. Ao mesmo tempo, dentro da nova dinâmica cultural criada pela Modernidade, todos os componentes sociais participantes desse boom industrial-urbano ocuparam lugares devidamente

delineados e de acordo com sua posição social como classe. As cidades têm, assim, um padrão cultural que é diretamente influenciado pelo modo de produção dominante. No caso das cidades ocidentais, sua expansão está diretamente relacionada ao desenvolvimento do sistema capitalista industrial, período em que o ambiente urbano passou a ser visto como uma espécie de extensão da cultura consumista e a adquirir valor de mercado semelhante ao de outras cidades. Mercadorias capitalistas.

Até quando a política dessas cidades continuará a atender às necessidades do capital global, que se insinuou ideologicamente na situação dos países pobres, é a questão que se coloca. A incompetência gerencial da maioria das cidades é resultado da longa dependência do governo federal à mercantilização do seu território. Numerosos problemas socioeconômicos no Estado foram significativamente exacerbados pela falta de compromisso e supervisão dos gastos públicos, um problema persistente em todo o país. Os investimentos e a dependência econômica da indústria do petróleo são um exemplo gritante de como as administrações passadas e atuais do Rio de Janeiro não conseguiram criar políticas públicas que atraíssem outros setores econômicos.

Haverá ainda uma estratégia de exclusão territorial e econômica entre as classes mais baixas, diante da necessidade de administrações públicas modernas e eficazes para a atração comercial? A globalização tem o potencial de fornecer uma capacidade especial para indivíduos, empresas e sociedade em um mundo que está se tornando mais integrado. Diante dessa configuração, como o Estado pode oferecer uma qualidade de vida diante da movimentação e mobilidade de capitais para se solidificar como região global? Essas questões de difícil solução demonstram a necessidade de fluxo tanto no crescimento econômico quanto em toda a dinâmica humana. No entanto, a sociedade não consegue 'lucrar' com uma vida melhor devido a interesses e desinteresses históricos em um momento de grande significado.

A verdade é que a grande cidade globalizada enfrenta atualmente um enigma; ao mesmo tempo em que deve manter as tradições culturais que a impulsionaram o status de cidade importante no cenário global, também deve aceitar as demandas da pós-modernidade para manter seu status de metrópole inserida na cultura global. O Rio de Janeiro pode servir como uma ilustração notável de uma cidade que está enfrentando esse problema. Um cenário social foi estabelecido em seu espaço territorial onde as contradições convivem e as questões se apresentam de forma categórica e difícil, exigindo

constantemente respostas, soluções e ajustes equilibrados entre as inovações tecnológicas pós-modernas e a tradição social.

Podemos afirmar que um conflito entre as concepções culturais de natureza privada (pós-moderna) e pública (tradicional) é retratado de forma gritante em um cenário de luta entre centro e periferia. Um conflito de interesses, repleto de graves dificuldades e repercussões muito mais graves, que não só ameaçam a paz urbana como agravam a vida, sobretudo nas periferias, onde se concentram os grupos sociais prejudicados por essa cultura. O sistema econômico pós-moderno é inerentemente exclusivo e elitista devido à sua natureza privatista.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Os Despossuídos: Crescimento e Pobreza no País do Milagre**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ABREU, M. de A. **Geografia histórica do Rio de Janeiro, 1502-1700**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda./Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.
- ABREU, Marcelo Paiva (org). **A Ordem do Progresso: Cem anos de política Econômica Republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- ABREU, Martha. O "crioulo Dudu": participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920). **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 11, p. 92-113, 2010.
- ABREU, Mauricio (1987) **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN-Rio.
- ABREU, Maurício de A. **Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução**. Revista Rio de Janeiro, v. 10, p. 210-234, 2003. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-MauricioAbreu.pdf>. Acesso em: 20 de dez. 2021.
- ALVES, A. C. **Regiões Metropolitanas, Aglomerações urbanas e Microrregiões: Novas Dimensões Constitucionais da Organização do Estado Brasileiro**. In Temas de Direito Ambiental e Urbanístico. São Paulo: Advocacia Pública & Sociedade. Ano II. No 3. 1998.
- AMADOR ES. **Roteiro de visita à Baía de Guanabara**. *Caderno de Educação Ambiental II* 2001; 100 -150.
- ANGELO, Leonardo Bassoli. Santa Cruz: uma fazenda jesuítica na economia brasileira (1589-1759). **Projeto de pesquisa Unidades de produção jesuíticas, séculos XVI-XVIII. Trabalho apresentado no XIV Encontro regional da ANPUH-RIO–Memória e Patrimônio**, 2010.
- AREND, Marcelo. O Brasil e o longo século XX: condicionantes sistêmicos para estratégias nacionais de desenvolvimento. **O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da economia-mundo capitalista**. Marília, *Cultura Acadêmica*, p. 135-171, 2013. Disponível em: <http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/Texto_para_Discussao_2012-n1> . Acesso em: 20 dez. 2021.
- AZEVEDO, André Nunes de. **A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana**. Revista Rio de Janeiro, n. 10, 2003. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-AndreAzevedo.pdf> Acesso em: 18 fev. 2022.

AZEVEDO, André Nunes de. **Entre o progresso e a civilização: o Rio de Janeiro nos traçados de sua capitalidade.** Rio de Janeiro: dissertação de Mestrado em História defendida pela UERJ, p. 1889-1892, 1998.

BARCELLOS, Christovam; ZALUAR, Alba. **Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro.** Revista de Saúde Pública, v. 48, p. 94-102, 2014.

BATISTA, Vera Malaguti. **Rio de Janeiro: lugar e controle social.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.

BENCHIMOL, Jaime Larry (1990) **Pereira Passos: um Haussmann tropical.** Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.** 1992.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil.** Cadernos Metrôpole, v. 19, p. 45-69, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cm/a/78dRFDXjLm9JJgG4jq8KSFD/?lang=pt&format=html>> Acesso em 18 fev. 2022.

BUESCU, Ana Isabel. **D. João III e D. Miguel da Silva, bispo de Viseu: novas razões para um ódio velho.** Revista de História da Sociedade e da Cultura, v. 10, Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, pp. 86-106.

BUROCCO, L.; TAVARES, R. **Maravilha para quem?** In: IBASE, Democracia viva, abr., 2011.

CAMPOS, Pedro Moacyr; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **As etapas dos descobrimentos portugueses.** In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). História Geral da Civilização Brasileira. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial. v. I. Tomo I. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CARVALHO, Delgado de. **Geographia do Brasil.** Impressões artísticas, 1913.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Cidade escassa e violência urbana.** Série Estudos, n. 91, p. 2, 1995. Disponível em: <<http://www.cis.puc-rio.br/cis/cedes/banco%20artigos/Direito%20e%20Cidade/maria%20alice.pdf>> Acesso em: 25 fev. 2022.

CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Brasil: questões atuais da reorganização do território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 145-184. p. 161

CENSO, I. B. G. E. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 15 jun. 2022, v. 23, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. Editora Companhia das Letras, 2018.

CHASLES, Virginie. Saúde urbana e higienismo, o exemplo da França. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 65-74, 2016.

COARACY, V. (1965). **O Rio de Janeiro do século XVII**. Rio de Janeiro: José Olympio.

COARACY, Vivaldo. Memórias da Cidade do Rio de Janeiro: quatro séculos de histórias. 4ª edição. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2008.

CONTRERAS-NOSSA, Edgardo. **Renovación y Desplazamientos Urbanos**, Buenos Aires, Suburbanistas, 2017.

COSTA, Caio César de Medeiros. Parcerias entre Estado e sociedade civil na perspectiva do capital social. **Organizações & Sociedade**, v. 22, 2015.

DA COSTA MOREIRA, Clarissa. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro**. Unesp, 2004.

DIAS, Carlos Malheiros et al., REGIMENTO de Tomé de Sousa de 17 de dezembro de 1548. **História da colonização portuguesa do Brasil**. Porto: Litografia Nacional, 1921

DEL BRENNA, Giovanna R.. **Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão**. Rio de Janeiro: Index, 1985.

DOMENICIS, Bianca M. **Os cortiços e o urbanismo sanitário na cidade de São Paulo no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado) em História Social, PUC-SP, São Paulo, 2014.

EAGLETON, Terry. **Marx e a liberdade**. Unesp, 1999.

EL-KARED, Almir Chaiban. (2010) **Quando os subúrbios eram arrabaldes: um passeio pelo rio de janeiro e seus arredores no século XIX**. In: 150 Anos de Subúrbio Carioca. FAPERJ/UFF/ Lamparina, Rio de Janeiro.

ENDERS, Armelle. **Nouvelle histoire du Brésil**. Editions Chandeigne, 2008.

FRAGOSO, J. et al, (2013) . **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época Moderna**. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

FRANCO, G. H. B., A Primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo Paiva (org). **A Ordem do Progresso: Cem anos de política Econômica Republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

FRIDMAN, F. (1999), **Donos do Rio em nome do rei: Uma História fundiária da Cidade do RJ**. RJ:Ed. Jorge Zahar:Guaramond.

FRIDMAN, Fania. As cidades e o café. **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**, v. 4, n. 3, 2008.

FRISTCH, Wynston. Apogeu e crise na Primeira República (1900-1930). **A ordem do progresso—cem anos de política econômica republicana**, v. 1989, 1889.

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1969.

HAHNER, June Edith. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil, 1870-1920**. Brasília: Edunb, 1993.

HARVEY, David. **From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism**. Geografiska Annaler: series B, human geography, v. 71, n. 1, p. 3-17, 1989.

HEINZ, Flavo M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 08.

HESPANHA, António Manoel. **A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes**. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António Manuel. **Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime**. Poder e instituições na Europa do Antigo Regime, p. 7-90, 1984.

HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. “As Redes Clientelares”. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). História de Portugal – Antigo Regime, V. 4. Lisboa: Estampa 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Evolução da Aquicultura e da Pesca Segundo Categorias. Rio de Janeiro: IBAMA; 2002.

JACOB, Cesar Romero; HEES, Dora Rodrigues; WANIEZ, Philippe. **Atlas das condições de vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. PUC-Rio, 2015.

KLEIN, Herbert S. **A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil**. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 17, n. 2, p. 129-149, 1987.

KNAUSS, Paulo. **Imagem do espaço, imagem da história. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro**. Tempo. Niterói, v. 2, n. 3, p. 135-148, 1997.

KOK, Gloria. **O Rio de Janeiro na Época da Avenida Central**. 1 ed. São Paulo: Bei Comunicação, 2005. p. 11.

LEITÃO Gerônimo. **Reconhecendo a Diversidade das Favelas Cariocas**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

LEITE LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**; Cap. 6 , Da República Velha ao Estado Novo (p.211)

LEITE, Izildo Corrêa. **As ações de Enfrentamento da Pobreza e a Origem e as Principais Características da Política Social no Ocidente Europeu e no Brasil**. Pelotas, RS: Sociedade em Debate, 2011.

LEITE, Serafim S.J. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo I e II. Livro I. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

LESSA, C. (2001), **O Rio de Todos os Brasis. Uma reflexão em busca da auto estima**. Rio de Janeiro : Ed. Record, 2ª edição

LOUREIRO, Marcello José Gomes. **O Atlas de João Teixeira e as Fortificações de Defesa da Baía de Guanabara no Século XVII**. Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, v. 20, n. 2, 2011.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A população do Brasil colonial**. História da América Latina, 1999.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. Editora Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo, Hucitec, 1994.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1972, p. 91.

MENDONÇA, Paulo K. de. **O Rio de Janeiro da Pacificação**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.

MONIÉ, Frédéric; DA SILVA, Vivian Santos. **O projeto Porto Maravilha de revitalização da área portuária do Rio de Janeiro entre inovações e retrocessos na produção do espaço urbano**. Revista Transporte y Territorio, n. 12, p. 110-126, 2015.

MONTEIRO, J. (2015). **Habitação de interesse social em cenários de revalorização urbana: considerações a partir da experiência carioca**. Cadernos Metrópole, v. 17, n. 34, p. 441-459.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas**. Tempo, v. 14, p. 51-67, 2009.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 7. Ed. São Paulo: HUCITEC, 2001

ORENSTEIN, Luiz; SOCHCZEWSKI, Antonio Claudio. **Democracia com desenvolvimento: 1956/1961**. In: ABREU, Marcelo P. (Org.). **A ordem do progresso: Cem anos de política Econômica Republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

PASTI, André; SILVA, Adriana Maria Bernardes da. **O mercado de capitais e os círculos de informações financeiras no território brasileiro**. Confins. Revista franco-brasileira de geografia, 2013.

PAULO, Heloisa. **O problema da emigração e do exílio em Portugal: imagens e análises (1910-1974)**. Revista de teoria da história, v. 17, n. 1, p. 147-161, 2017.

PEREIRA, Miriam Halpern. **A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano**. Ler história, n. 56, p. 15-25, 2009.

PEREIRA, Sonia Gomes. **A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes, Escola de Belas Artes, 1998.

PICCINATO JR, Dirceu. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 16, n. 2, p. 200-246, 2014. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/download/4873/4659>> Acesso em: 10 mar. 2022.

PINHEIRO; RABHA. **Porto do Rio de Janeiro: construindo a modernidade**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2004.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV. Operação Urbana Consorciada, 2011e**. Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/estudosImpactoVizinhanca.aspx/>> Acesso em: 17 jun. 2022.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **RIO DE JANEIRO: transformações na ordem urbana**. RJ, Letra Capital Editora, 2015.

ROLNIK, Raquel. **Exclusão Territorial e Violência**. São Paulo: Pólis, 1999.

ROSENDO, Roberto Cezar. **O Sistema de Inovação do Estado do Rio de Janeiro: Impactos da indústria petrolífera**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, 2008.

SALGADO, Graça. Fiscais e Meirinhos. **A Administração no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985 p. 83.

SANCHES, Marcos Guimarães, “**Dano e Prejuízo da Fazenda Real ou a Dinâmica dos Processos de Arrematação na Capitania do Rio de Janeiro**”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v. 451, 2011.

SANCHES, Marcos Guimarães. **“A Fazenda Colonial: Subordinações, Ações e Conflitos”**. S.D

SANCHES, Marcos Guimarães. A administração fazendária na segunda metade do século XVII: ação estatal e relações de poder. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro**, v. 432, 2006.

SANTANA, F. T. M., & Soares, M. R. (2009). **Reformas Passos: cem anos de uma intervenção excludente**. In XII Encuentro de Geógrafos de América Latina (pp. 1-12.). Montevideo: EGAL.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. Editora Companhia das Letras, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **Os campos e as cidades**. Revista USP, n. 5, 1990.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2003.

SILVA, Mayara Grazielle Consentino Ferreira da. **Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 11, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/urbe/a/RZQZ3vhLgqTmYWXQXZrqSgJ/?lang=pt>> Acesso em: 15 jan. 2022.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **O continente que aprende com a ilha**. Centauro Sports Magazine, Curitiba, 2012.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **O império Asiático Português 1500-1700**. Uma História Política e Econômica. Lisboa: Difel, 1993.

TEIXEIRA, Manuel C. **A habitação popular no século XIX—características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro**. Análise social, p. 50-579, 1994.

THERY, H. e MELLO, N. A. **Atlas do Brasil. Disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo, Edusp, 2005.

THOMAZ, Luís Filipe. A idéia imperial manuelina. En **DORÉ, A. C**, p. 39-104, 2008. TOLEDO, Mariana Peixoto de. **Participação de instituições locais em projetos de revitalização urbana: o caso do Projeto Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro**. 2012. Tese de Doutorado.

TORRES, R. dos S. (2014). **“A cidade-capital: a centralidade do Rio de Janeiro no contexto do Império Ultramarino Português”**. In: Revista AGCRJ, n.8, p.347-360.

VALLADARES, Lícia. **A Gênese da Favela Carioca: a produção anterior às ciências sociais.** Rev. bras. Ci. Soc. [online], Rio de Janeiro, vol.15, n.44, out. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145.pdf> Acesso em: 26 jan. 2022

VAZ, Lilian Fessler. **Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: A modernização da moradia no Rio de Janeiro.** Análise social vol XXIX. Rio de Janeiro.1994. disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377187I6iYL2uw3Xe43QN7.pdf> Acesso em: 10 mar. 2022.

VIANNA, Sérgio Besserman. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana**, v. 1989, n. 3, 1889.

VIANNA, Sérgio Besserman. Política Econômica Externa e Industrialização: 1946- 1951. In: ABREU, Marcelo Paiva (org). **A Ordem do Progresso: Cem anos de política Econômica Republicana**, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

VIGNOLI, Francisco Humberto, REGO, Jose Marcio, MARQUES, Rosa Maria. **Formação Econômica no Brasil.** Ed. Santa Madalena. São Paulo,2011.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** Studio nobel, 1998.

WACQUANT, Loïc. **Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. "O Poder na Colônia". In: _____. **Formação do Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p.310

ZALUAR, Alba; BARCELLOS, Christovam. **Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, p. 17-31, 2013.

ZANCHETI, Silvio Mendes. A experiência recente de financiamento da revitalização na América Latina. In: **Seminário financiamento de los centros históricos de América Latina y el Caribe**, 2006.

ZUPANOV, Ines G. Do sinal da cruz à confissão em Tâmul: gramáticas, catecismos e manuais de confissão missionários na Índia Meridional (séculos XVI-XVII). In: HESPANHA, Antônio Manoel (org.). **Os construtores do Oriente português.** Porto: CNCDP, 1998.